

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GISELE SILVA GOMES

**MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E NA HIERARQUIA SÓCIO-
OCUPACIONAL NO NORTE FLUMINENSE**

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2016

GISELE SILVA GOMES

**MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E NA HIERARQUIA SÓCIO-
OCUPACIONAL NO NORTE FLUMINENSE**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora:
Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2016

GISELE SILVA GOMES

**MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E NA HIERARQUIA SÓCIO-
OCUPACIONAL NO NORTE FLUMINENSE**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: _____.

Banca examinadora:

Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha
Orientadora

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel

Profª Drª Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

Campos dos Goytacazes
2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família por todo apoio que me deram principalmente minha mãe, Eliane A. Silva, meu esposo Cristiano Azevedo, minha irmã Dayane Cristina e meu pai Genilson F. Gomes, que sempre estiveram ao meu lado e compreenderam minhas ausências, sobretudo por causa das atividades acadêmicas.

Agradeço a todos os meus companheiros de graduação, que tiveram importância fundamental durante meu processo de aprendizagem que foi de muitas trocas onde aprendi muito com cada um. Faço um agradecimento especial aos amigos da graduação que sempre me incentivaram a não desistir e me motivaram a chegar até aqui, principalmente Elba Braga, por todos os momentos que estive ao meu lado me apoiando, sempre; Anderson Junior por todos os debates construídos que me fizeram discutir, repensar e que contribuíram muito para minha vida acadêmica e pessoal e Simone Guimarães por todos os incentivos e principalmente pela linda poesia feita especialmente para o meu trabalho.

Agradeço a todos os meus professores, desde o jardim de infância até a graduação que foram parte fundamental da construção do que hoje sou como pessoa.

Agradeço especialmente a minha orientadora Prof. Dra. Érica Tavares por todo auxílio que me deu, principalmente pela paciência, dedicação e pela compreensão das minhas faltas. Agradeço por ter me mostrado um método que até então eu desconsiderava, mas que se mostrou um caminho possível e uma superação para mim.

Agradeço aos outros amigos que não são da graduação, mas que me apoiaram muito.

Enfim, agradeço acima de tudo a Deus, pois sem Ele eu não teria chegado até aqui.

Muito obrigada a todos. Vocês também fazem parte deste trabalho!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças na estrutura social em uma região do interior fluminense que, aliado ao quadro de mudanças nacionais, também apresentou transformações em nível local diante das alterações na dinâmica das atividades econômicas nas últimas décadas. A análise da estrutura social se dará a partir de um estudo exploratório sobre a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e a sua hierarquização em categorias sócio-ocupacionais, que pode demonstrar uma hierarquia social de classes, expressando assim elementos da estrutura social regional. Além disso, pretende-se identificar se há distinções em termos de inserção na estrutura social, a partir da inserção nas categorias sócio-ocupacionais, entre a população original da região e os imigrantes, entre as diferentes faixas etárias e entre os municípios considerados polos regionais.

Palavras-chave: Estrutura Social; Ocupação; Região Norte Fluminense.

ABSTRACT

This study aims to analyze the changes in the social structure in a Rio inner region, which together with the national framework changes, also introduced changes at the local level before the changes in the dynamics of economic activity in recent decades. The analysis of the social structure will be made from an exploratory study on the inclusion of individuals in the labor market and their hierarchy in social and occupational categories, which can demonstrate a social hierarchy of classes, thus expressing elements of regional social structure. In addition, we intend to identify if there are distinctions in terms of inclusion in the social structure, from the insertion in the social and occupational categories, among the original population of the region and immigrants, between different age groups and between the municipalities considered regional centers.

Keywords: Social Structure; Occupation; Norte Fluminense.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais – Brasil 1991/2010	32
Tabela 2.1 – População ocupada do Norte Fluminense por setores de atividade econômica – 1970	40
Tabela 2.2 – Dados populacionais – Região Norte Fluminense 1970 a 2010	41
Tabela 2.3 – Distribuição da População ocupada residente na Região Norte Fluminense por setores da atividade econômica – 2010	46
Tabela 2.4 – Indicadores sociais de educação, renda e trabalho nos municípios da Região Norte Fluminense – 2010	47
Tabela 3.1 – População Ocupada dos Municípios da Região Norte Fluminense por Categorias Sócio-ocupacionais – 1991, 2000 e 2010	58
Tabela 3.2 – População Ocupada dos Municípios de Campos e Macaé por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010	61
Tabela 3.3 – População Ocupada no Norte Fluminense segundo condição migratória por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010	63
Tabela 3.4 – População Ocupada no Norte Fluminense segundo faixa etária por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010	64

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1.1 – Esquema de posição de classe de Goldthorpe (1987)	19
Gráfico 3.1 – População Ocupada dos Municípios da Região Norte Fluminense por Categorias Sócio-ocupacionais – 1991, 2000 e 2010	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. Capítulo 1- Abordagens teórico-conceituais e metodológicas sobre estrutura social	14
1.1. Abordagens teóricas referentes à estrutura social e a relação com o trabalho	14
1.2. Algumas questões sobre o debate recente acerca da estrutura social no Brasil: implicações teórico-metodológicas	21
1.3. Uma proposta metodológica para estudo da estrutura social	27
II. Capítulo 2 - Desenvolvimento Regional e mudanças na estrutura do Norte Fluminense	34
2.1. Origens da estrutura social do Norte Fluminense	36
2.2. Transformações na dinâmica econômica e mercado de trabalho	42
2.3. Contextualização Social e Econômica regional: permanência das desigualdades socioespaciais	47
III. Capítulo 3 - Estrutura social através de hierarquia sócio-ocupacional no Norte Fluminense	54
3.1. Estrutura social: mudanças na hierarquia sócio-ocupacional no Norte Fluminense	55
3.2. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional nos polos regionais	60
3.3. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional por origem espacial – lugar de moradia e trabalho	62
3.4. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional por gerações	64
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	73
ANEXO	78

INTRODUÇÃO

O Brasil vem passando nos últimos anos por transformações econômicas, sociais e políticas, que têm sido analisadas por diversos estudiosos do campo das Ciências Sociais. Parte do esforço tem sido o de investigar se tais mudanças ocorridas na primeira década do século XXI – como aquelas relacionadas ao acesso ao crédito, formalização do mercado de trabalho, aumento real do salário mínimo, maior capacidade de consumo, redução das desigualdades de renda, ampliação do acesso ao ensino técnico e superior (BARROS, 2010) etc. – implicam em transformações de caráter profundo, que tendem a contribuir para mudanças na estrutura social, ou são comportamentos mais conjunturais, relacionados a ciclos de investimento e consumo, por exemplo, como sugere Pochmann (2012).

A partir desta contextualização em nível nacional, o objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na estrutura social em uma região do interior fluminense que, aliado ao quadro de mudanças nacionais, também apresentou transformações em nível local diante das alterações na dinâmica das atividades econômicas nas últimas décadas. Além disso, pretende-se identificar se há distinções em termos de inserção na estrutura social entre a população original da região e os imigrantes, entre as diferentes faixas etárias e entre os municípios considerados polos regionais.

O maior município desta região é Campos dos Goytacazes, historicamente reconhecido por ter sido um polo da indústria sucro-alcooleira até finais do século XX, e por ter se transformado significativamente a partir dos anos 1970/1980 com a instalação da indústria petrolífera na Região Norte Fluminense. Entretanto, o município que recebeu as instalações industriais e a maior parte dos impactos sociais, econômicos e espaciais foi Macaé, que é o segundo maior município no que se refere ao tamanho populacional.

A análise da estrutura social se dará a partir de um estudo exploratório sobre a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e a sua hierarquização

em categorias sócio-ocupacionais, que pode demonstrar uma hierarquia social de classes, expressando assim elementos da estrutura social regional.

Para tanto, realiza-se uma breve abordagem bibliográfica sobre concepções de classe e estrutura social, na perspectiva marxista, weberiana e segundo a construção de classes sociais de Bourdieu. Ao mesmo tempo, são trazidos alguns elementos sobre a discussão atual existente no Brasil. De forma operacional, utilizaremos o modelo metodológico das categorias sócio-ocupacionais elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, que tem como objetivo analisar a estrutura social das metrópoles brasileiras, além de outros aspectos sociais que se relacionam com essa estrutura social. No caso, aplicaremos a mesma metodologia para análise das mudanças na distribuição da população trabalhadora nestas categorias na região norte fluminense.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, a pesquisa se baseia fundamentalmente em análise de dados secundários, a partir de fontes como os microdados censitários do IBGE, aos quais se aplica a metodologia das categorias sócio-ocupacionais, além dos dados elaborados pelo PNUD, entre outros. Pretende-se cobrir as mudanças ocorridas na última década do século XX e na primeira década do século XXI, portanto, trabalharemos com dados dos anos 1991, 2000 e 2010 sobre a região norte fluminense, mas, na medida do possível também de forma comparativa com o estado ou o país.

A primeira parte do trabalho traz um breve panorama das principais perspectivas teóricas que abordam o tema da estrutura social, pensada aqui como sinônimo de estrutura sócio-ocupacional e estrutura de classes. Cabe ressaltar que o termo estrutura recebeu várias conotações no pensamento sociológico do século XX, como no funcionalismo estrutural de Parsons ou no estruturalismo de Levi Strauss, mas neste caso específico, inspirado na obra dos clássicos e dos teóricos brasileiros, utilizaremos abordagens voltadas para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Nesse sentido, serão abordadas as perspectivas marxista, weberiana e de Bourdieu, de forma que essas teorias possam lançar luz para compreender como os indivíduos se hierarquizam e como isso influencia na reprodução das estruturas sociais.

Apresentados esses referenciais teóricos, traremos para nossa discussão a abordagem de autores que dialogam com o tema da estrutura social no Brasil em período mais recente, como Pochmann (2012), Neri (2008, 2011) e Souza (2009, 2012).

A segunda parte do trabalho traz a análise para a Região Norte Fluminense e seu processo de desenvolvimento ao longo dos anos, considerando algumas informações sociais, econômicas, bem como a inserção da população local no mercado de trabalho.

Na terceira parte, trataremos sobre a distribuição da população ocupada entre as diferentes categorias de ocupação, buscando aproximar-se da estrutura social da região e dos municípios considerados. A população a ser analisada é a residente no Norte Fluminense, considerando tanto os que já moram na região há tempo, quanto os que migraram para ela, sobretudo em busca de oportunidades de emprego.

Nesse sentido, a análise dos dados, aliada à discussão teórica recente sobre mudanças na estrutura social, propiciará possibilidades de interpretações sobre questões pertinentes, como: De que forma o desenvolvimento experimentado pela região norte fluminense, sobretudo após a redução das usinas canavieiras e surgimento das atividades petrolíferas e portuárias, representa de fato mudanças consistentes em termos de estrutura social para a região, sobretudo em Campos e Macaé?

Os grandes projetos de investimentos implantados na região, tais como aqueles oriundos das empresas do petróleo e, mais recentemente, a proposta do Porto do Açú, influenciaram na distribuição da população entre as categorias ocupacionais?

Dentre as categorias ocupacionais é possível observar diferenças entre aqueles que são da região e aqueles que imigraram para os municípios da região? Será que há diferenças entre as diferentes gerações? De fato, houve mudanças consideráveis ou a região apenas acompanhou o Brasil?

Certamente, estas questões não serão plenamente respondidas com o trabalho, mas pretende-se trazer elementos que contribuam para pensar o processo de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO I

Abordagens teórico-conceituais e metodológicas sobre estrutura social

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar algumas concepções teóricas sobre a reprodução das estruturas sociais, sendo estas pensadas como estruturas sócio-ocupacionais e de classe. Obviamente, as possibilidades são bastante diversas, inclusive se pensarmos nos diferentes campos que as Ciências Sociais abrangem, como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política.

Em razão do modelo metodológico que iremos trabalhar em capítulo subsequente, trataremos de alguns autores clássicos no campo das Ciências Sociais que remetem a uma compreensão das estruturas sociais através do trabalho ocupado pelos diferentes grupos sociais. Isso porque, a partir desta linha de investigação, parte-se do pressuposto que as diferentes formas de trabalho e as ocupações assumidas pelos trabalhadores possuem influência sobre o lugar que ocupam na sociedade.

Para contextualizar parte da discussão sobre tais concepções no Brasil, também serão consideradas algumas reflexões recentes sobre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, que também esbarram na discussão sobre a ocorrência ou não de uma efetiva transformação na estrutura social.

1.1. Abordagens teóricas referentes à estrutura social e a relação com o trabalho

Ao pensarmos na sociedade, uma das primeiras questões que surge refere-se ao seu modo de hierarquização ou à sua estrutura, ou seja, como as diferentes classes que compõem essa sociedade se relacionam e se reproduzem. Além disso, geralmente se busca apreender quais relações apresentam caráter mais estrutural, com constância e continuidade, e como as classes e ocupações

se aproximam em grupos homogêneos ou se distanciam pela heterogeneidade. Portanto, em linhas gerais, ao falar de estrutura social estamos nos referindo ao modo de hierarquização da sociedade, às posições sociais dos indivíduos, às ocupações e classes e as relações por eles estabelecidas. Há uma relação entre hierarquia social e as estruturas econômicas e políticas da sociedade, como afirma Ianni (1973):

A maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo pelo qual eles organizam a produção econômica e o poder político. (IANNI, 1973, p.11).

Na perspectiva marxista, a determinação da estrutura social surge como algo decorrente dos processos de produção, a partir do modo de produção dominante de uma sociedade. Para Marx e Engels, “a nossa época [...] caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX e ENGELS, 1999, p. 8).

Segundo os autores, a burguesia foi se desenvolvendo à medida que foi se organizando enquanto classe. Eles abordam que vários meios foram utilizados por esta classe para acumular o capital. Assim esses burgueses se transformaram em verdadeiros senhores de terra, de máquina, e de gente e transformaram o modo de produção de uma forma avassaladora, que transformou a sociedade. As relações burguesas se expandiram ao ponto que as relações sociais se transformaram em meras relações comerciais.

Nesse sentido, as pessoas que antes viviam no campo e dele tiravam seu sustento – a população camponesa – teriam sido “expropriadas” dos seus meios de produção, ou seja, do uso da terra, que era comum até então e eram agora obrigados a ir para a cidade vender sua “força de trabalho” para os burgueses que teriam tomado os meios de produção para si transformando-nos em uma propriedade privada. Segundo Marx e Engels:

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural [...] aglomerou as

populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (MARX e ENGELS, 1999,p. 14).

Os autores explicam ainda que o desenvolvimento da burguesia estaria relacionado ao desenvolvimento do próprio capital e que esse capital gerara na população, sobretudo proletária, alguns efeitos em relação ao trabalho.

[...] Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. (MARX e ENGELS, 1999, p. 18).

Os antagonismos existentes entre essas classes sociais, de um lado, a burguesa e, de outro, a proletária, formariam a estrutura social. No entanto, a estrutura social dentro do pensamento marxista não se limitaria ao contexto apenas econômico, mas também político e ideológico, o que daria uma completude maior ao conceito de estrutura social para tal autor.

Ribeiro et al (2013)¹ apontam que vários autores utilizaram a perspectiva marxista para compreender o conceito de estrutura social, dentre eles destacam-se Stavanhangen (1977) em seu trabalho intitulado *Estratificação Social e estrutura de classes*, onde, segundo o autor, “o conceito de classe social só tem valor como parte duma teoria das classes sociais” (STAVANHANGEN, 1977 apud RIBEIRO et al, 2013, p. 21). Outro autor que se destaca seguindo o mesmo raciocínio é Poulantzas (1978) o qual define que “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1978 apud RIBEIRO et al, 2013, p. 22).

Ribeiro et al (2013) indicam que, embora a perspectiva marxista apresente-se como uma base teórica bastante robusta, ainda existe uma dificuldade em operacionalizá-la empiricamente para apreender as múltiplas faces da realidade social e da inserção na estrutura social.

Outro aporte teórico para se compreender os mecanismos de estratificação social provém da perspectiva weberiana, que não se dá apenas pela dimensão de classe. Tratam-se de grupos que disputam *poder* dentro de uma relação social e a

¹ Ribeiro; Ribeiro; Costa, 2013.

partir de uma lógica própria se hierarquizam. Diferente da perspectiva marxista que, a princípio, resume a estrutura social a elementos mais dependentes da economia, Weber considera os agentes estruturantes em outras esferas e não somente a econômica. Segundo Weber:

O poder “condicionado economicamente” não é, decerto, idêntico ao “poder” como tal. Pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos. O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito freqüentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras” sociais que ele acarreta. (WEBER,1982, p. 211)

Entre os principais grupos que lutam pela distribuição de poder em seu interior, o autor enumera três tipos: a classe, o estamento e o partido. Segundo Weber (1982) “classes” não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e frequentemente o são, de ação comunal.

Para o autor, pode-se falar de classe quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e à medida que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. (WEBER,1982).

Sobre os estamentos, Weber aborda que “em contraste com as classes, os grupos de ‘status’ são normalmente comunidades” (WEBER,1982, p. 218). Seriam os estamentos, portanto, grupos que lutam para obter status através de relações de poder baseadas em honorárias, o que o autor chamará de honra estamental, que se trata de pertencer a um círculo, agir sobre ele e ter através dele um estilo de vida específico.

Outro tipo de estratificação social ainda analisado por Weber são os partidos que, segundo ele, procuram se sustentar, dentro das organizações sociais, através do poder exercido e legitimado por elas. Nesse sentido, eles estariam voltados para a aquisição do poder social, ou seja, para influência dentro de uma comunidade. (WEBER,1982).

Como bem abordado por Ribeiro et al (2013), há autores que utilizam a perspectiva weberiana para compreender a estrutura social e seu processo de

estratificação. Nesse sentido, há o conceito de classe dentro da abordagem weberiana exemplificada por Marshall (1967):

(...) A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideias, crenças e valores (...) Há uma distinção ampla entre dois tipos de classe (...) No primeiro destes, a classe se assenta numa hierarquia de *status* e expressa a diferença entre uma classe e outra em termos de direitos legais e estabelecidos que possuem o caráter coercitivo da lei (...) A classe é, por assim dizer, uma instituição em seu próprio direito, e a estrutura total tem a qualidade de um plano no sentido de que se lhe atribuem um significado e uma finalidade e é aceito como uma ordem natural (...) A classe social do segundo tipo não é tanto uma instituição em seu próprio direito como um produto derivado de outras instituições (...) Não se estabelecem nem se definem as diferenças de classe pelas leis e costumes da sociedade (no sentido medieval de expressão), mas elas emergem de uma combinação de uma variedade de fatores relacionados com as instituições da propriedade e educação e a estrutura da economia nacional. As culturas de classe se reduzem a um mínimo, de um modo que se torna possível, embora, como se admite, medir os diferentes níveis de bem-estar econômico por referenciar a um padrão de vida comum. As classes trabalhadoras, ao invés de herdarem uma cultura distinta conquanto simples, são agraciadas com uma imitação barata de uma civilização que se tornou nacional. (MARSHALL, 1967, p. 76-77).

Wright (1973) também desenvolveu uma teoria que deve muito a Marx, mas também incorpora as ideias de Weber. Para apreender empiricamente o conceito de estrutura social, construiu um esquema onde há diferença entre classe e ocupação e diferenças entre as relações técnicas de produção e as relações sociais de produção. A partir de princípios marxistas, este autor definiu um esquema em seis categorias: burguesia, pequenos empregadores, pequena burguesia, gerentes e supervisores, assalariados semi-autônomos e proletários (RIBEIRO et al, 2013, p. 23).

Outro autor que trabalha a perspectiva weberiana, porém sob a lógica do conceito de *status* é Goldthorpe (1967), ao considerar que o conceito chave para definição de classe estaria relacionado a uma situação de mercado e trabalho. Assim, o autor considera também que as classes sociais, construídas segundo a ocupação, diferenciam-se de acordo com o status. Ele chega a um esquema de classe constituído de sete categorias que podem ser agregadas em serviços, intermediários e trabalho (GOLDTHORPE, 1967 apud RIBEIRO et al, 2013, p. 26), como se vê no quadro 1.1.

Quadro 1.1 – Esquema de posição de classe de Goldthorpe (1987)

I	Profissionais de alto nível, administradores e oficiais de alto nível, gerentes de grandes indústrias e grandes proprietários.
II	Profissionais de baixo nível e técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços, e supervisores de trabalhos não manuais.
III	Empregados no setor não manual de rotina.
IV	Pequenos proprietários e artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria.
V	Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais.
VI	Trabalhadores manuais qualificados na indústria.
VII	Trabalhadores manuais semi-qualificados ou sem qualificação e trabalhadores na agricultura.

Fonte: SCALON, 1999, p.44 apud MEIRA, 2009, p.32

MEIRA (2009) aborda que essas posições de classe podem ser agregadas:

- a) Classes de serviços (posições I e II);
- b) Classes intermediárias (posições III, IV e V);
- c) Classes manuais (posições VI e VII).

A fim de compreender as práticas e posições dos diferentes agentes sociais, Bourdieu traz uma contribuição muito importante à medida que alinha duas perspectivas em sua teoria: a marxista e a weberiana. Com isso, ele vai além das divergências entre essas duas teorias e traz um novo sentido, uma nova forma de compreensão da estrutura social e da realidade social. (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 18).

Bourdieu traz uma novidade para a discussão acerca de estrutura social ao considerar que os espaços sociais são construídos em três dimensões, definidos pelo volume e estrutura do capital e pela evolução no tempo dessas duas propriedades, orientadas por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social.

O autor aborda ainda que as classes se estruturam no espaço social a partir de um princípio gerador de práticas classificáveis e ao mesmo tempo classificador de tais práticas, onde os agentes sociais se relacionam a partir de gostos muito semelhantes e de estilos de vida também semelhantes, o que ele chama de *habitus*, que vai distinguir uma classe de outra (BOURDIEU, 2008). O *habitus* é produto estruturado que a mesma estrutura estruturante produz

mediante regras impostas dos diferentes campos e que são de forma homogênea, compartilhadas por membros de uma mesma classe. (BOURDIEU, 2008, p. 164).

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de *propriedades* (sexo, idade, origem social ou étnica [...] remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, [...] mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. A construção, como é o caso deste trabalho, de classes [...] implica, portanto, levar em consideração de modo consciente [...] a rede das características secundárias manipuladas, de maneira mais ou menos inconsciente, sempre que é feito apelo a classes construídas com base em um critério único, mesmo que fosse tão pertinente quanto a profissão; trata-se também de apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintivas, com base nas quais os agentes tem mais possibilidades de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais, além de se mobilizarem ou serem mobilizados [...] pela e para a ação política, individual ou coletiva.” (BOURDIEU, 2008, p.101)

É importante ressaltar que a discussão trazida por Bourdieu coloca o indivíduo como agente estruturante ao mesmo tempo estruturador dentro do espaço social a partir de sua interação de classe, do *habitus* compartilhado por tal classe e pelo modo como ela opera no mundo social, se é dominante ou não. Assim, as classes não somente se diferem, mas operam numa lógica de dominação de uma sobre a outra, por conta de elementos distintos e distintivos, definidos pela quantidade de capital seja social, cultural e econômico. É possível também que outros elementos contribuam na definição da origem social de um grupo de indivíduos, que podem ser, por exemplo, um diploma, uma categoria profissional, ou ainda por outras variáveis como renda, grau de instrução, sexo, gênero, dentre outras variáveis que tornam estatisticamente possível analisar as relações dentro dessas classes. (BOURDIEU, 2008, p.98).

As variáveis relacionadas à inserção dos indivíduos no trabalho têm se mostrado bastante significativas no sentido de expressar a estrutura social de uma determinada sociedade. E é a partir desta abordagem que este estudo está organizado.

O objetivo deste trabalho é trazer alguns elementos empíricos sobre as mudanças na estrutura social na região Norte Fluminense a partir da inserção dos indivíduos nas categorias sócio ocupacionais. O percurso histórico pretende tomar os anos 90 e os anos 2000, período em que ocorreram muitas transformações

econômicas, políticas e sociais na sociedade brasileira que nesse sentido, consideramos importante analisar.

1.2. Algumas questões sobre o debate recente acerca da estrutura social no Brasil: implicações teórico-metodológicas

Muitos estudiosos se dispuseram a analisar as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo aquelas decorrentes dos processos econômicos, políticos e sociais que influenciaram diretamente na mudança da estrutura social brasileira. Entre estes autores, destacam-se Pastore e Vale Silva (2000); Ianni (1973); Scalon (1999) etc.

Vale Silva (2001) ao destacar as análises feitas por José Pastore com dados de 1973 em que comparava a atual população de trabalhadores com seus pais, pode perceber em seus estudos que as transformações econômicas, políticas e espaciais (rural-urbano) ocorridas do início ao meado do século XX influenciaram diretamente nas transformações sociais que foram ocorrendo a cada década. A interpretação da análise feita pelo autor mostra que durante o século XX o processo de industrialização, o comércio e a produção de bens – que antes eram importados e passaram a serem produzidos nacionalmente, para atender a população – ocasionou a saída de pessoas do campo para a cidade e intensificou o movimento rural-urbano. Nesse sentido, as pessoas saíam do campo para buscar oportunidades nos centros urbanos, onde tentavam encontrar condições favoráveis para sua subsistência. Pastore (1973 apud Vale Silva, 2001) salienta então que houve nesse período uma mobilidade social muito grande e que a maioria da população brasileira conseguiu subir dentro da escala social de um nível mais baixo para outro um pouco maior que o anterior. No entanto, ele observa que apenas uma minoria de fato conseguiu mudar de posição social, revelando, portanto, uma forte desigualdade.

Scalon (1999) estuda a estratificação social brasileira e sua estrutura a partir da relação entre trabalho e gênero baseada num esquema de classificação de ocupações que tem como base o modelo de Goldthorpe (1987). O esquema de

classes, portanto se define em: profissionais; administradores e gerentes; proprietários empregadores (urbanos); não-manual de rotina (em geral pessoal de escritório, vendas e comércio); proprietários por conta própria (pequenos proprietários sem empregados); manual qualificado; manual não-qualificado; empregadores rurais; empregados (trabalhadores) rurais (SCALON, 1999 apud RIBEIRO, 2000). Ao analisar cada uma das classes, a autora conclui que a interação entre elas se dá através de um “espaço relacional”, onde a estrutura social é definida principalmente pela oposição de classes.

Boa parte da contribuição destes autores teve como pano de fundo o acelerado processo de urbanização brasileiro que apresentou alguma relação entre a mobilidade espacial da população e as chances de mobilidade social. Já o debate recente sobre as mudanças na estrutura social no Brasil tem se dado, sobretudo, a partir das transformações econômicas e sociais nos anos 2000, marcadas por aumento do salário mínimo, políticas de transferência de renda, aumento do crédito e do consumo, maior formalização no mercado de trabalho, expansão do ensino técnico e superior, etc. Entre estas mudanças, o aumento da renda impulsionou o debate sobre as desigualdades sociais e a estrutura social.

Trabalhando o conceito de estrutura social a partir de análises feitas por estudiosos brasileiros citamos algumas abordagens, como os estudos desenvolvidos por Marcelo Neri (2008, 2011), Márcio Pochmann (2012) e Jessé Souza (2009; 2012). Os dois primeiros são economistas e o terceiro sociólogo, em comum, observa-se que os três autores presidiram o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Em se tratando do debate sobre estrutura social no Brasil, Neri publicou em 2008 o trabalho “A nova classe média”, apontando que no início dos anos 2000, mediante as políticas públicas de incentivo ao consumo, o Brasil se tornava um país de Classe Média. Seguindo nessa temática, e após diversas críticas, em “A Nova Classe Média: O lado brilhante da base da pirâmide”, Neri (2011) baseou-se em três perspectivas fundamentais – *Potencial de consumo; Geração de renda e Expectativas sobre o futuro* - que serviram para classificar as classes econômicas, sobretudo a *Nova Classe Média* e esse seria o ponto principal de sua teoria, pois sustenta que no início dos anos 2000 houve um *boom* na classe C, relacionado a

índices de acesso e consumo de itens como casa, carro, computador, crédito e carteira de trabalho, que atingiram itens recordes na história. Neri conclui então que houve sucessivos aumentos das classes C e AB ao passo que houve uma diminuição da E (mais pobres), analisadas pelo autor desde 2003. (NERI, 2011, p. 85-86).

Em contraposição a esta perspectiva ancorada principalmente na capacidade de consumo (via aumento da renda), surgem os estudos de Pochmann (2012). Este autor sugere que o olhar sobre as mudanças de classe deve considerar a estrutura da sociedade e sua hierarquia, a partir da inserção social na estrutura produtiva e econômica, uma visão mais estrutural e menos conjuntural do que a da renda.

Nesse sentido, Pochmann (2012) privilegia a estrutura ocupacional da sociedade para entender as mudanças sociais. Segundo o autor, o que tivemos no Brasil que impulsionou as mudanças esteve muito mais ancorado em ciclos de consumo do que necessariamente em projetos de desenvolvimento com blocos de investimento. Para o autor, as mudanças expressam o fortalecimento do trabalho entre as classes populares, que permitiu aumentar seu poder econômico. Assim como Neri, o trabalho empreendido por Pochmann também faz uma análise dos primeiros anos do século XXI e dessa “nova classe média” na sociedade brasileira. É, portanto, levantado pelo autor um questionamento sobre a real existência dessa nova classe média. Nesse sentido, seu trabalho intitulado “Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira” publicado em 2012 trata-se de um esforço teórico que aborda aspectos históricos, políticos e econômicos para apontar que não houve surgimento de uma “Nova Classe Média”, mas sim o aumento da classe popular sustentada pelo trabalho e movida pelo consumo, sobretudo orientado pela mídia e por algumas políticas públicas de incentivo. Ele aponta que até a década de 1980 as mudanças sociais no Brasil tiveram como principal motivo a expansão produtiva nas indústrias. Nesse sentido ocorreu simultaneamente um crescimento no setor secundário da economia – indústria e construção civil – e o setor primário – agropecuária – teve uma relativa perda em sua importância. Quanto ao setor de serviços não houve tanta alteração. Já durante a década de 2000 o setor terciário foi responsável por gerar

mais postos de trabalho, sendo, portanto, o principal empregador. Nesse sentido, o autor aponta ainda que esse total de postos de trabalho abertos ocorreu mais para a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo, atingindo quase 59% de todos os postos de trabalho, ao passo que as demais faixas de remuneração reduziram sua posição relativa. Sendo assim, ele pondera que houve, portanto, um aumento na distribuição dos postos de trabalho com forte peso para as ocupações da base da pirâmide.

Pochmann atribui esse crescimento das ocupações na base da pirâmide ao fato da recuperação do valor real do salário mínimo, a ampliação das políticas de transferência social, a proteção e elevação do poder de compra das remunerações dos trabalhadores. Ele completa ainda que, além de considerar o rendimento e a ocupação dos indivíduos nessa mudança social, ocorrida no Brasil, sobretudo na primeira década do ano 2000, é importante considerar também que houve uma nova estratificação social incorporada pelo grau de escolaridade, posse de propriedade, moradia e bens de consumo. (POCHMANN, 2012, p.20).

[...] Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salários de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração; embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. (POCHMANN, 2012, p.20).

Ainda assim, Pochmann pondera que embora os níveis de pobreza tenham diminuído e os trabalhadores da faixa de salário de base estivessem crescendo na participação, ainda assim isso contribuiria para que houvesse um alargamento na base da pirâmide, concentrando massas de trabalhadores com faixas de salários muito próximas, ao passo que os detentores da renda da propriedade ainda continuariam no topo da pirâmide, o que denota uma crescente polarização, onde em um lado da pirâmide encontra-se uma base trabalhadora massificada e na ponta da pirâmide um seleto grupo de grandes detentores do capital e donos da propriedade.

Jessé Souza (2009) já havia colocado que o enfoque no aumento da renda e diminuição das desigualdades sociais encobre os diversos tipos de arranjos e

escolhas que os indivíduos e famílias precisam fazer para se “inserir” nessa sociedade do consumo, cuja lógica de acesso aos bens e serviços urbanos passa, sobretudo pela esfera de mercado. Nesse sentido, para esse autor, o que há na verdade, é uma nova classe trabalhadora, fruto de um processo de desigualdade entre as classes sociais. Em seu importante trabalho intitulado “A Ralé Brasileira” (2009), o sociólogo traz uma importante contribuição ao estudo sobre estrutura social no Brasil ao chamar atenção para uma divisão de classes na sociedade brasileira, até então desconsiderada pela mídia e por alguns estudiosos, sobretudo aqueles mais voltados para explicações meramente economicistas para as questões sociais. Essa divisão de classes não estaria ligada ao sentido marxista tradicional, onde encontramos trabalho x capital; burguesia x proletariado – que também toma a discussão econômica como ponto fundamental. Temos aqui segundo Souza uma divisão de classes simbólica desencadeada pela detenção de capital cultural, econômico e social, ou seja, de elementos que determinarão quem um indivíduo é, o que ele possui e qual a sua posição hierárquica na sociedade, a partir daquilo que ele acumulou de capital dentro de sua classe ou que aprendeu com ela.

Nesse sentido Souza (2009) identifica que a classe alta pode ser definida como aquela na qual o “estilo de vida” dos pais é herdado pelos filhos, como algo que é aprendido desde a infância, seja através da reprodução do que é visto em casa pelos próprios pais ou dentro dos círculos sociais frequentados pela família. Enfim, tem que ter gostos e hábitos particulares. Quanto à classe média, Souza pondera que ela busca reproduzir, às vezes inconscientemente, os hábitos da classe alta. Tanto a classe alta como a classe média geralmente ocupam as melhores posições no mundo do trabalho. Já para aqueles menos favorecidos, sem capital financeiro e cultural sobram as funções que normalmente não exigem qualificação necessária, restando a esses grupos menos favorecidos se arranjarem das formas mais variadas possíveis para que possam manter seu sustento e o de suas famílias. Esse grupo Souza (2009) designa “ralé brasileira”.

É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida

enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, 2009, p.21).

A ralé é aquela classe que desde seu nascimento não detém nenhum tipo de capital, nesse sentido se reproduz apenas para atender a demanda do mercado que está cada vez mais competitivo. No entanto, não tendo a capacidade técnica necessária para competir, acaba por assumir funções mais baixas, criando uma hierarquia entre as classes onde, numa linha de oposição, em vez de ter capital x trabalho, existe a divisão entre uma classe excluída de oportunidades materiais e simbólicas e, de outro lado, classes incluídas que sempre garantirão para si as melhores oportunidades.

Os apontamentos levantados por Souza (2009) são importantes para não reduzirmos a análise da estrutura social a números, sobretudo à questão da renda e posse de bens materiais, por exemplo. Entretanto, também não invalidaria uma análise de dados, desde que se considerem informações que busquem uma maior aproximação com os princípios teóricos e empíricos relacionados à estrutura social e às desigualdades sociais. Vale notar também que os elementos levantados pelo autor certamente contribuem na análise e interpretação dos mecanismos sociais que operam sobre o processo de reprodução das estruturas sociais.

Entre as abordagens teóricas e empíricas explicitadas que discutem a questão das classes e estrutura social, vamos buscar apreender a estrutura social, sobretudo, a partir da inserção da população no trabalho, compreendendo que, entre diversas variáveis possíveis, a ocupação² das pessoas é a que mais se aproxima da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social, além de incorporar também os princípios de hierarquização.

² Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), ocupação “é um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. Sendo assim, o que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo). Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.

1.3. Uma proposta metodológica para estudo da estrutura social

A partir do mesmo embasamento teórico do nosso trabalho, e inclusive estabelecendo discussões com temáticas apresentadas na seção anterior, o modelo utilizado pelo Observatório das Metrôpoles³ também busca uma análise da estrutura social (RIBEIRO, LAGO, 2000; RIBEIRO, RIBEIRO, 2011). O modelo citado baseia-se em perspectivas teóricas que fundamentam a reflexão dos dados a serem analisados e os tornam mais próximos do entendimento da realidade.

(...) O esquema de estratificação social do Observatório das Metrôpoles foi construído por meio da categoria ocupação, respeitando os princípios da oposição capital e trabalho, oposição entre posição de comando e de subordinação, trabalho não – manual e trabalho manual, considerando o trabalho público e privado, os setores da atividade econômica e tendo como filtro para algumas categorias a escolaridade e a renda. Com base nesses princípios foram agrupadas as ocupações, de forma hierárquica, em 24 categorias sócio-ocupacionais. (RIBEIRO et al, 2013,p.30)

Para tanto, ao trabalhar as categorias de inserção dos indivíduos nas diferentes ocupações de trabalho, consideradas em seu conjunto como uma aproximação da estrutura social, Ribeiro e Lago (2000) ressaltam que a construção destas categorias fundamenta-se no aporte teórico que revisamos anteriormente, e parte, portanto, dos seguintes critérios que expressam posição e hierarquia:

1) Relação capital x trabalho – que compreende a principal divisão da sociedade capitalista, onde, de um lado, encontramos os grandes detentores de capital – os proprietários de atividade econômica, e, de outro lado, aqueles que não possuem capital acumulado e vendem sua força de trabalho.

Nesse sentido, tal metodologia utiliza como critério de distinção de ocupação o fato de ser empregador ou conta própria, de um lado, e ser empregado, de outro. Mas entre os primeiros, também há diferenças. Primeiro entre o grande e o pequeno Capital, ou seja, separam-se os grandes empregadores e detentores de capital econômico dos pequenos empregadores, geralmente organizados em

³ O Observatório das Metrôpoles é um INCT que reúne pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e instituições de ensino do país, funciona como uma rede de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional na área de planejamento urbano e regional.

empresas familiares ou pessoais que mobilizam até dez empregados. Também separa-se destes os que possuem empregados e os que são autônomos.

Em relação à questão do trabalho autônomo, Ribeiro e Lago (2000) colocam que há uma grande diversidade nas condições de assalariamento, que também são consideradas na divisão metodológica proposta.

Com efeito, além do segmento capitalista, no qual prevalecem relações de assalariamento – formal e informal – encontramos três modalidades de trabalho autônomo: aquele realizado na forma de empreendimentos individuais, mobiliza certo montante de ativo econômico, mas sem assalariamento, cujo produto se destina ao mercado (comércio varejista, unidades de prestação de serviços, representantes comerciais, praticistas, comerciante por conta-própria, etc.); o trabalho cujo produto em grande parte é autoconsumido, integrando o setor da subsistência urbana; e, por último, o auto-emprego, integrado pelos segmentos daqueles que vendem seus serviços e produtos – os artesãos, os prestadores de serviços e os profissionais liberais – e as ocupações temporárias irregulares, e muitas vezes ilegais, que integram o chamado ‘desemprego disfarçado’” (RIBEIRO, LAGO, 2000, p. 4).

2) Trabalho manual x não manual – Princípio que expressa as separações da divisão técnica do trabalho que produziram, no desenvolvimento do capitalismo, a histórica distinção social entre *blue x white color*. Na sociedade brasileira pode ser expressada por “posições ocupacionais hierarquicamente diferenciadas, cujos efeitos se prolongam para além da hierarquia técnica e salarial” (RIBEIRO, LAGO, 2000, p. 5). Podem ser descritas aqui pelas atividades manuais em contraste com o “emprego em escritório” ou ocupações intelectuais, que ainda apresentam uma marca de distinção social. A dimensão relacionada à qualificação e escolarização também está ligada a esta diferenciação.

Entretanto, no que se refere especificamente ao trabalho manual, também há outras diferenças a considerar, “[...] embora elas decorram muito mais do setor de atividade econômica, que da exigência de escolaridade propriamente dita, para algumas ocupações há exigência de certo nível de qualificação (o que não é o mesmo que escolaridade) ” (RIBEIRO, RIBEIRO, 2011, p. 28). Considera-se ainda as diferenças entre os trabalhadores agrícolas dos trabalhadores industriais, e entre estes últimos, os que se ocupam nas indústrias tradicionais e nas indústrias modernas, onde há maior exigência de qualificação. Já para os trabalhadores manuais do setor de serviços, também separam-se as ocupações que demandam algum nível de qualificação daquelas que não necessitam de um saber ou qualificação anterior.

3) Controle x execução – Este é um critério que visa identificar a hierarquia ocupacional segundo o maior ou menor grau de responsabilidade. Portanto, separa as atividades de comando – como de direção, gerência e supervisão – daquelas que são subordinadas.

Ribeiro e Ribeiro (2011, p. 29) ressaltam que “mesmo entre as ocupações de comando há diferenças se a atividade é exercida em grandes empresas ou em pequenas em empresas. Como essa diferenciação não é possível de ser feita, utiliza-se a renda como proxy da posição de comando”.

4) Moderno x tradicional – Podem ser compreendidas como as ocupações separadas segundo sua inserção nos setores que fazem parte da chamada segunda revolução industrial. Setores como petroquímica, metalurgia, bens de consumo duráveis, nos quais geralmente existem ocupações de maior qualificação, maior grau de proteção social, maiores níveis salariais e maior grau de sindicalismo em relação às demais.

Complementarmente, outros dois critérios também são colocados pelos autores a esta metodologia:

5) Trabalho público x trabalho privado – tendo em vista que esse critério seja demarcador de posições sociais diferenciadas na sociedade brasileira.

6) Secundário x Terciário – Este denota a separação das ocupações manuais segundo sua inserção na esfera da produção ou da circulação (comércio e serviços).

Como resultado desses critérios, chega-se a uma estrutura ocupacional composta por 24 categorias sócio-ocupacionais, agrupadas em oito categorias reduzidas (conferir Anexo 1).

A categoria **dirigentes** é aquela que reúne empresários que são empregadores com dez ou mais empregados; Dirigentes do setor público, formada pelas ocupações do alto escalão decisório do setor público; Dirigentes do setor privado formada pelas ocupações de administradores de empresas de setores de extração mineral, indústria, construção civil e empresas financeiras; Profissionais liberais formada pelas ocupações tradicionalmente definidos como de profissionais liberais, empregadores e autônomos, a exemplo dos médicos,

engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados. De um modo geral, encontramos na categoria dirigentes aqueles relacionados ao acúmulo do capital econômico, social, político. Os indivíduos que fazem parte desta categoria geralmente são aqueles em posições privilegiadas e típicos de uma classe dominante. Assim, observa-se que representam um número bem mais reduzido de ocupados em relação às demais categorias no Brasil. Na tabela 1.1, nota-se que ampliaram um pouco a participação nos anos 90, mas em 2010 diminuíram, ficando com 1,3% de participação no total de ocupados – um grupo bem restrito.

A categoria **profissionais de nível superior** inclui aqueles que possuem alguma titulação superior, seja ela graduação, mestrado, pós-graduação, doutorado, enfim, geralmente são profissionais enquadrados numa categoria intelectual e que trabalham a partir de sua intelectualidade, dividindo-se em profissionais autônomos de nível superior e empregados de nível superior.

Na categoria **pequenos empregadores**, encontramos a pequena burguesia. Esses são os pequenos empregadores e podem ser caracterizados como “pequenos empregadores urbanos” que são aqueles que possuem menos de dez empregados. Temos ainda os “comerciantes por conta própria” que são aqueles que desenvolvem suas atividades em casa ou em empresas próprias.

Dentro das **ocupações médias**, encontramos os profissionais divididos em trabalhadores em atividades de rotina, formada pelas ocupações sem funções decisórias a exemplo de secretarias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório; Temos ainda os trabalhadores em atividades de supervisão que são ocupações que possuem algum poder de decisão tais como assistentes de administração, corretores de imóveis e administradores do comércio; Técnicos e artistas que são ocupações que exigem um conhecimento específico; trabalhadores nas áreas de saúde e educação a exemplo dos professores de 1º grau e enfermeiras que não possuem diploma; Trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça e correios a exemplo dos investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas e carteiros.

Na categoria **prestadores de serviços especializados**, encontramos os trabalhadores autônomos em ocupações manuais que exigem preparação específica a exemplo de mecânicos, cabeleireiros e empregados de ocupações

manuais nos setores de prestação de serviços, atividades sociais, administração pública.

A categoria dos **trabalhadores do secundário** compõe as ocupações formadas por operários de indústria moderna, formada pelos trabalhadores nas indústrias de metalurgia, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo, farmacêutica, entre outras. Elas envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, por motivo de suas ocupações exigirem maior qualificação, proporcionarem nível mais elevado de remuneração e proteção social e os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa, a exemplo de um sindicato mais atuante e bem estruturado; Ainda nessa categoria encontramos os operários da indústria tradicional, formada pelos trabalhadores das indústrias dos demais ramos, exceto a construção civil; Operários dos serviços auxiliares, formada pelos empregados nos setores de transporte, comunicação e serviços auxiliares; Operários da construção civil, formada pelos trabalhadores em ocupações ligadas a construção civil, a exemplo do mestre de obra, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiros; Temos ainda os artesão que são formados pelos trabalhadores autônomos nas ocupações de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, estofador e ourives.

Na categoria **trabalhadores do terciário**, encontramos as ocupações ligadas ao setor de prestação de serviços. São os trabalhadores do comércio formada pelos vendedores, operadores de caixa e praticistas; além disso temos ainda os prestadores de serviço especializado e os prestadores de serviços não especializados, estes últimos, exemplificados pelos empregados em ocupações de porteiro e vigia.

Dentro da categoria dos **agricultores**, encontramos os trabalhadores agrícolas que é uma categoria formada por todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor.

Neste trabalho foram utilizados dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010. Para trabalhar melhor as categorias não foram agrupadas classes inteiras, mas sim as frações de classes para compreender sua organização e o que mudou ao longo do tempo em termos de estrutura social relacionado a inserção dos

indivíduos no trabalho e sua posição hierárquica dentro dos níveis ocupacionais, conforme tabela 1.1.

Tabela 1.1 – Distribuição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais – Brasil 1991/2010

Categorias sócio-ocupacionais agregadas	1991		2000		2010	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Dirigentes	466.713	0,9	1.031.528	1,6	1.009.735	1,3
Profissionais de nível superior	2.018.704	3,8	3.225.048	5,0	6.675.651	8,3
Pequenos empregadores	1.763.102	3,3	1.307.425	2,0	1.072.822	1,3
Ocupações médias	10.745.535	20,4	13.174.710	20,4	16.812.783	21,0
Trab. do terciário Especializado	6.409.749	12,2	10.301.279	15,9	13.276.649	16,6
Trabalhadores do secundário	11.671.326	22,2	14.034.786	21,7	18.165.927	22,7
Trabalhadores do terciário não-especializado	7.576.819	14,4	10.279.499	15,9	11.665.725	14,6
Trabalhadores agrícolas	12.021.438	22,8	11.367.267	17,6	11.408.491	14,2
Total	52.673.386	100	64.721.542	100	80.087.783	100
% sobre total	94.127.485	35,9	105.151.314	38,1	110.668.016	42,0
Total	146.800.871	-	169.872.856	-	190.755.799	-

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos do IBGE.

Portanto, observa-se que algumas categorias foram sofrendo alterações ao longo do tempo. Apesar disso, a maior parte dos ocupados encontra-se em atividades consideradas médias e uma minoria encontra-se na categoria de dirigentes que, ainda que não seja a mais expressiva em termos percentuais, trata-se daquela onde há a concentração do capital, sobretudo econômico. Nesse sentido, o que observamos a partir dessa breve leitura é um pequeno grupo dominante e uma massa que se encontra distribuída entre as categorias de ocupações médias, trabalho do terciário especializado e trabalho do secundário, que como já foi explicado anteriormente tratam-se de atividades ligadas à indústria, comércio, serviços, dentre outras atividades relacionadas a salários de base e quase sempre como aponta Pochman (2012) e Souza (2012), à classe popular, trabalhadora. Nesse sentido, buscou-se neste capítulo compreender essa discussão brasileira acerca da estrutura social sobretudo ligada a inserção da população nas categorias sócio-ocupacionais e como isso pode denotar um

comportamento ligado a uma mudança econômica e política recentemente experimentada no país que resultou conseqüentemente numa mudança social relacionada ao aumento da chamada “classe C” ou “Classe Trabalhadora”, ancorada principalmente na capacidade de produção e consumo, porém muito dependente dos baixos salários pagos pelos setores secundário – representado principalmente pela construção civil – e pelo setor terciário ligado a comércio e serviços.

No próximo capítulo veremos como essa mudança nas categorias sócio-ocupacionais ocorreu na Região Norte Fluminense, conhecida atualmente atuação da indústria petrolífera e das atividades relacionadas a ela e, recentemente, pelo Porto do Açu.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento regional e mudanças na estrutura social no Norte Fluminense

Introdução

Para compreender melhor os efeitos da economia, da política e de outros fatores que são capazes de promover as mudanças sociais e influenciar nos espaços, principalmente os espaços sociais, muitos autores das Ciências Sociais e também de outros campos disciplinares utilizam o conceito de desenvolvimento regional. Diferente do desenvolvimento que envolve uma esfera mais ampla e está pautado a nível global e nacional, o desenvolvimento regional é algo mais específico, daí a necessidade de falar brevemente sobre sua concepção e o conceito de região. Cabe ressaltar que esses conceitos encontram-se em constante debate entre seus estudiosos por não apresentarem definições claras e por serem objeto de interesse dos mais variados campos do conhecimento, sendo assim passível de variadas atribuições.

Quanto à região, conforme aponta Lemos et al (2003), geograficamente falando, sobre uma das explicações para tal conceito:

(...) O marco teórico que sustenta nossa delimitação de região são as concepções de lugar central e área de mercado, originalmente desenvolvidas por Christaller (1966) [1933] e Lösch (1954) [1940], respectivamente. O lugar central, o núcleo urbano original, constitui-se no elemento organizador da curva de oferta e demanda de bens no espaço, que delimita a área de mercado em que ocorre forte intensidade do fluxo de trocas, em uma área geográfica espacialmente delimitada...Nesta aceção, este espaço geográfico, caracterizado por fortes relações de trocas internas e fracas relações externas, denomina-se região, em termos estritamente econômicos. (LEMOS et al, p.667).

Sobre desenvolvimento, Brandão (2008) indica que:

(...) estruturar adequadamente a problemática do complexo processo de desenvolvimento não é tarefa fácil. Como depurar e hierarquizar determinações teóricas e históricas adequadas para a apreensão deste processo pluridimensional e dinâmico. O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a

ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. (...) É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc.), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território. (BRANDÃO, 2008, p.3)

Como nosso trabalho discute a região Norte Fluminense, com foco no mercado de trabalho e mudanças na estrutura social, consideraremos o desenvolvimento regional segundo a relação existente entre as dimensões econômicas e sociais na escala da região, tratando ainda dessa dimensão espacial a partir da polarização exercida pelos municípios de Campos e Macaé – que são os maiores municípios em termos populacionais e econômicos. Portanto, o desenvolvimento regional deve ser pensado na medida em que as riquezas produzidas por estes municípios possam ser repassadas, através da geração de empregos ou da implementação de políticas públicas, para a população, atuando como fontes de acesso à cidadania para os indivíduos habitantes dessa região.

O elemento divisão do trabalho e a inserção da população no mercado de trabalho também são fundamentais para pensar o desenvolvimento.

A divisão social do trabalho (Massey, 1984) deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas. Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processam e manifestam a reprodução social no espaço, expressa a constituição sócioprodutiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é sua posição em uma relação hierárquica superior. (BRANDÃO, 2008, p.10).

Nesse sentido, analisar a categoria trabalho é importante, pois através dela podemos interpretar a posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social e a sua organização enquanto grupos sociais.

Estando a categoria alinhada aos efeitos do desenvolvimento econômico, compreendemos que a medida que determinados níveis de produção econômica são atingidos eles podem variavelmente atingir os indivíduos. Nesse sentido nossa discussão também considera os diferentes momentos da dinâmica

econômica regional (estrutura produtiva) e as mudanças na estrutura social, a partir da alocação dos indivíduos no mercado de trabalho.

Segundo o CEPERJ (Centro de Estatística e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro) o Estado do Rio de Janeiro está dividido em oito Regiões de Governo. Esta divisão está apoiada na Lei nº 1.227/87, que aprovou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1988/1991. Desde então, foram feitas algumas alterações tanto na denominação quanto na composição dessas Regiões. São elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde. Este trabalho tem como objetivo destacar a região norte fluminense. Atualmente, de acordo com a divisão do IBGE, fazem parte dessa mesorregião os municípios Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco do Itabapoana e São Joao da Barra. A polaridade histórica exercida nesta região é do município de Campos dos Goytacazes, embora nas últimas décadas Macaé também venha despontando como uma polaridade regional, sobretudo em decorrência da instalação da indústria petrolífera. Por isso, parte da análise se deterá nestes municípios.

2.1. Origens da estrutura social do Norte Fluminense

A região Norte Fluminense historicamente passou por três ciclos de crescimento econômico: o primeiro grande ciclo do açúcar no século XIX, como base no modelo mercantil escravista; o segundo grande ciclo do açúcar, que teve por base o modelo mercantil-capitalista; e o terceiro grande ciclo de crescimento econômico, que se apresenta para o Norte Fluminense, no século XXI, alavancado pela indústria do petróleo (SARAIVA & CARVALHO, 2004 apud ESTRADA, 2005, p.4).

Segundo Cruz (2005) o Norte Fluminense constitui uma região de longa tradição, desde o século XIX com a produção de cana, açúcar e álcool. Piquet (2004) aponta que o Estado do Rio de Janeiro já ocupou a segunda posição dentre os maiores produtores de açúcar do Brasil, tendo Campos dos Goytacazes como o mais importante polo de produção.

É importante ressaltar que vários estudos apontam que antes mesmo do intenso processo de urbanização, tal como se deu após os anos 70, o município de Campos dos Goytacazes já era apontado como o principal município do interior do Rio de Janeiro. Historicamente o município sempre tivera destaque por ser produtor de açúcar e de outros vegetais, a exemplo do café, que tivera importância significativa. Além disso, já contava aqui com uma considerável infraestrutura urbana por conta do projeto modernizador que se deu a partir da segunda metade do século XIX para acompanhar um projeto nacional de tornar as grandes cidades brasileiras parecidas com a Europa. O município de Campos dos Goytacazes foi incluído nesse projeto por ser a principal cidade do interior do estado do Rio de Janeiro e também por apresentar uma posição geográfica favorável, principalmente por estar localizado numa região continental.

Já desde finais do século XIX, as mudanças nas ruas, nas condições de iluminação, higiene e saneamento já trouxeram transformações para a cidade. O transporte ganha dois aliados, a navegação e o ferroviário que assumem a importância de transportar o alto volume do que é produzido aqui para outros municípios e também transportar as pessoas que vão para o centro comercial da cidade. A população que vivia no campo pouco a pouco começara a se mudar para a cidade e desfrutar do que nela existia. Assim o cenário urbano ia se transformando cada vez mais. Segundo Faria (2008):

A concepção de cidade vai, provavelmente, ser modificada pela instalação de uma rede moderna de comunicação, especialmente as vias férreas. O advento do transporte ferroviário é, certamente, um fator de transformação do espaço da cidade, mas, também, de diversificação e de heterogeneidade social. Ademais, as estradas de ferro são uma das principais características da modernização e elas dão um impulso a industrialização. (FARIA, 2008, p.45)

A forte ligação entre esses fatores possibilitou uma circulação maior de indivíduos, mercadorias e informações, construindo uma estrutura social baseada nos moldes de vida citadinos, porém ao mesmo tempo, revelando desigualdades, já que nem todos os habitantes tinham os privilégios das famílias mais abastadas, para desfrutar dos serviços que a cidade poderia oferecer. Cabe ressaltar que até então o município ainda possuía escravos em sua população e isso ajudava a reforçar mais ainda as desigualdades existentes.

Essa breve contextualização histórica mostra que o advento da urbanização não era algo novo no Norte Fluminense e que o município de Campos já tinha certa importância em termos de crescimento em relação aos vizinhos, por isso sempre teve o papel de polarizador. O município centralizava regionalmente as relações comerciais, de trabalho, de entretenimento, de educação, já que contava com igrejas, praças, teatro, bancos, lojas, enfim uma estrutura suficiente para atender as demandas da população campista.

Com o aumento na produção de cana de açúcar e a ascensão dos usineiros a partir do início do século XX, a Região Norte Fluminense começa a viver seus anos de ouro, sobretudo Campos, ao comportar mais de 20 usinas produtoras de açúcar e álcool. Toda essa movimentação era também a responsável pelas maiores vagas de emprego na cidade e região. Assim a população que precisava de trabalho voltava para o campo para trabalhar nas lavouras de cana e por lá se organizava morando próximo as usinas, que geralmente encontravam-se bem longe da área urbana.

As questões sobre o desenvolvimento regional e seus problemas surgem aproximadamente na primeira metade do século XX com a crise na produção de café e com o declínio relativo de participação da agroindústria açucareira no contexto nacional. Piquet (2004) aponta que em 1940 o cenário nacional da agroindústria açucareira muda radicalmente com a entrada de empresas paulistas na fabricação de equipamentos para o setor e é neste período que o norte fluminense perde para São Paulo a posição de segundo maior produtor nacional.

Nos anos 1970, a crise estava colocada e, para responder a tal estado de coisas, a ação das lideranças locais seguiu uma estratégia regionalista, com articulações políticas em escala regional e nacional, beneficiada pelo ciclo desenvolvimentista modernizador e conservador do período ditatorial. O projeto modernizador foi setorial, com monopolização da representação e dos recursos em espaço restrito do Norte Fluminense. Segundo Cruz (2006, p. 54), foi uma “integração à modernização pela sua face conservadora, tutelada e corporativista”, diante do que, “a agroindústria açucareira do Norte Fluminense terminou o ciclo do Proálcool, mais centralizada, espacialmente, no município de

Campos dos Goytacazes, reduzida na cadeia produtiva, sem entrar no mercado de açúcar refinado”.

Nesse sentido, observa-se que a região Norte Fluminense apresentava potencialidades de desenvolvimento, mas o projeto modernizador e tecnológico vindo para a região, ainda que tenha trazido de fato novidades principalmente para a cidade polo, não mudou o cenário político, centralizado nos grandes barões, senhores de engenho e usineiros que formavam uma forte oligarquia e até então se tornara a principal liderança política da região, o que contribuía para que o desenvolvimento fosse algo mais benéfico para a elite do que para a população como um todo, já que os interesses eram bem particulares. Segundo CRUZ (2003), durante o projeto modernizador dos anos 1970, a inserção do Norte Fluminense se deu de forma conservadora.

A definição, a construção e a condução da estratégia regionalista de inserção nesse processo, por parte das elites do NF – embora condicionada pela sua inserção histórica, sobredeterminada pelas condições de acumulação – são marcadas pela opção pela reprodução desse padrão conservador, oligárquico e patrimonialista, que é funcional ao modelo de modernização conservadora. (CRUZ, 2003, p. 179).

Segundo Piquet (2004), ao longo do período entre a década de 1960 e primeiros anos de 1970 fortalece-se na região uma estrutura social bem nítida: os usineiros, representando o capital industrial e com forte expressão política; os fornecedores de cana, em posição subordinada a dos usineiros, incluídos os pequenos, médios e grandes produtores; os pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, produtores de cana ou não, cuja produção básica não assegurava o sustento da família, daí eles se viam obrigados a vender sua força de trabalho para outras empresas do ramo agrícola ou para outros setores de atividade; por fim, os trabalhadores assalariados ou não, permanentes ou temporários.

Em 1970, observa-se que maior parte dos trabalhadores estavam ocupados no setor agropecuário (43,2%). As ocupações dos setores industriais, de comércio e serviços, embora abarcassem em torno de 10% cada uma, ainda eram bem inferiores ao setor agropecuário (tabela 2.1). Vale notar ainda que no próprio setor industrial, ainda havia parcela de trabalhadores vinculados ao setor açucareiro, em atividades agroindustriais.

Tabela 2.1 – População ocupada do Norte Fluminense por setores de atividade econômica – 1970

Setor de atividade	Ocupados	Distr. %
Agricultura, pecuária, pesca etc.	58.001	43,2
Indústrias extrativas	621	0,5
Indústrias de transformação	12.924	9,6
Construção	7.128	5,3
Produção e distribuição luz, gás etc.	1.006	0,7
Comércio	13.366	10,0
Serviços	15.775	11,7
Transporte e comunicação	6.495	4,8
Educação	8.877	6,6
Adm. Pública, defesa, seguridade	4.907	3,7
Atividades financeiras	897	0,7
Profissionais liberais	1.276	0,9
Outras atividades	16	0,0
Atividades mal definidas	3.041	2,3
Total	134.330	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1970 IBGE.

Com a desestabilização dos meios de produção que iam perdendo espaço para grandes usineiros paulistas já na década de 1970, as usinas começam a cair, muitas fecharam as portas e apenas algumas ainda continuavam em produção, porém em mãos de empresários paulistas que compram usinas para garantir meta de produção. Nesse período a região começa a passar por uma fase muito difícil, já que a atividade açucareira compunha seu maior destaque e agora perdera espaço (PIQUET, 2004).

As pessoas que antes trabalhavam nessas usinas, aos poucos começaram a se dirigir para a cidade em busca de outras oportunidades. É nesse momento que crescem nas áreas urbanas uma população oriunda do campo em busca de empregos para subsistência da família. Como até então o que mais movimentava o mercado de trabalho eram as atividades usineiras, os principais prejudicados pelo fim das operações ou pela diminuição delas são os trabalhadores rurais que se veem obrigados a ir para a cidade.

As atividades da agroindústria sucroalcooleira deixaram muitas sequelas na estrutura econômica regional, uma vez que restringiu expressivamente o cultivo tradicional de pequenas lavouras de subsistência, colocando a cultura de

cana de açúcar como principal cultivo e fazendo surgir nos canaviais a figura do “boia-fria”, caracterizado como “trabalhador temporário e itinerante, residente das favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias, em regime de clandestinidade no vínculo, alternando trabalho rural e biscate.” (CRUZ, 2005, p. 67).

Dos anos de 1970 aos anos 2000 a população do norte fluminense vem aumentando significativamente, sobretudo na área urbana. Através da tabela 2.2 nota-se que a cada década houve um crescimento do percentual de residentes na área urbana, indo de 50% em 1970 para 88% em 2010. Portanto, já desde os anos 1970, os dados apontam que mais da metade da população residente na região já poderia ser considerada urbana.

Tabela 2.2 – Dados populacionais – Região Norte Fluminense 1970 a 2010

Anos	População residente	População Urbana	Grau de urbanização	Tx. Cresc. Pop. Urb.
1970	486.446	244.730	50%	-
1980	527.590	304.569	58%	2,21
1991	611.576	484.346	79%	4,31
2000	699.292	595.223	85%	2,32
2010	849.515	748.680	88%	2,32

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Assim dá para perceber que a partir do declínio da produção sucro-alcooleira há um esvaziamento do campo e muitas pessoas movem-se em direção à cidade, para buscar principalmente oportunidades de trabalho, tornando assim população urbana.

Em 1991, a realidade do Norte Fluminense estava atrelada à estagnação da cana-de-açúcar, e conseqüentemente a uma estrutura agrícola tradicional. No período 80-91 o Norte Fluminense apresentou um forte êxodo rural, como consequência da estagnação da atividade agrícola. Nesse período, em Macaé também é identificada essa tendência, porém, com menos intensidade. Uma explicação para esse fato é que o êxodo rural já havia se dado com mais intensidade na cidade num período anterior a 80-91. (SILVA, 2005, p.9).

Todo esse movimento de pessoas em direção às cidades da região fez com que as demandas aumentassem, assim a concentração de mais indivíduos

aglomerados em uma determinada área, também implicou em maior necessidade de moradias, serviços, infraestrutura urbana etc. e principalmente empregos para garantir as condições de reprodução social por parte dessas famílias recém-chegadas.

Assim cresceu nas áreas urbanas uma massa de pessoas vindas principalmente das atividades sucroalcooleiras que saíam do campo sem emprego, sem recursos, sem qualificação ou especialização técnica necessária para assumir as principais funções urbanas, a exemplo das administrativas, e vão então procurar oportunidades principalmente na construção civil e nos serviços domésticos. Como aponta Cruz (2005): “[...] Constituiu-se um mercado refratário as ações de profissionalização e qualificação nas suas camadas mais pobres, pressionando os salários e preços dos serviços para baixo, tornando precárias as condições de exercício do trabalho” (p. 67).

A continuidade da monocultura da cana, mesmo que em processo de redução, ainda impôs uma sazonalidade no mercado de trabalho regional, onde os trabalhadores ora estão no campo, trabalhando nas lavouras de cana, ora estão na cidade, trabalhando nas atividades mais simples que não demandam especialização, mas que por isso também apresentam baixos salários. Por conta disso, essas pessoas acabam por construir suas vidas nas áreas mais pobres do município e fazem reproduzir ainda mais as condições de pobreza nesses lugares, refletindo uma desigualdade e exclusão social e espacial.

2.2. Transformações na dinâmica econômica e mercado de trabalho

Na década de 1970 são descobertos os primeiros poços de petróleo na bacia de Campos e a dinâmica econômica regional toma outros rumos. A expectativa de desenvolvimento toma destaque na discussão local. A indústria do petróleo não se estabeleceu em Campos dos Goytacazes, mas implantou a base de operações em Macaé, reorganizando a histórica polaridade regional existente.

Por se tratar de uma área continental, os municípios da região, mesmo não sediando as operações industriais, encontraram oportunidades de transformações. Isso porque a legislação brasileira prevê o pagamento de impostos, os chamados *royalties*, aos municípios limítrofes aos locais onde os poços de petróleo se localizam. O pagamento desses *royalties* movimenta a economia local e abre portas para investimentos. Nesse sentido, Piquet (2003) aponta que após três décadas, a atividade petrolífera vem proporcionando a região grandes contribuições financeiras. Os *royalties* representam uma fonte substancial de arrecadação para os municípios do norte fluminense e também para a Região Noroeste e das Baixadas. Em muitos desses municípios essa renda proveniente da exploração do petróleo chega a ser considerada como a principal atividade econômica, que sustenta o lugar. Cabe ressaltar que segundo Silva (2005), o Rio de Janeiro é o estado que mais recebe *royalties* provenientes do petróleo, principalmente por conta das atividades na Bacia de Campos que representam 80% da produção nacional de petróleo e mais de 40% da produção de gás.

Como o foco do trabalho é citar as mudanças ocorridas a partir da posição dos indivíduos no mercado de trabalho, cabe colocar aqui as contribuições que os investimentos no petróleo trouxeram principalmente para os dois municípios que mais se destacaram na região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé.

Piquet (2004) aponta que em 1978, no início da produção de petróleo na Bacia de Campos, a base de operações de atividades não ficou em Campos, mas foi levada para o município vizinho: Macaé. Assim, a Petrobras decide se instalar no município, levando para ele esperança de oportunidades de trabalho e consequentemente de melhoras para a população local (p.6)

Segundo Cruz (2003), Macaé chegou a ser considerado um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população, no estado do Rio de Janeiro, com a criação de muitos postos de trabalho formal, foram gerados vários empregos diretos na Petrobras e muitos outros por empresas que prestam serviços a esta.

Essa dinâmica empresarial no município de Macaé, como apontam Paganoto e Becker (2007), se refletiu também no aumento do número de estabelecimentos nos setores de construção civil, de transportes e de atividades imobiliárias. No entanto, mesmo com tantos postos de trabalho abertos, a atividade petrolífera não conseguiu absorver toda força de trabalho existente na região, isso porque a extração do petróleo e todas as atividades relacionadas a ele exigem habilidades técnicas e conhecimentos específicos. Nesse sentido a força de trabalho que deveria estar devidamente qualificada e preparada para exercer as funções acaba vindo de outros lugares do estado do Rio de Janeiro, do Brasil e até de outros países. No que se refere ao crescimento dos empregos formais, por conta dessas atividades petrolíferas e da instalação da Petrobras em Macaé, Terra e Ressiguier (2010) apontam que em relação ao norte fluminense:

[...] o emprego formal está concentrado em duas Cidades: Campos dos Goytacazes e Macaé. Em 1985 o município de Campos dos Goytacazes detinha 65% dos empregos formais da região, enquanto que Macaé apresentava o valor de 26%. Em doze anos, a taxa de empregos formais de Campos caiu para 47% ao passo que a taxa de Macaé já representava 44% de toda a oferta de empregos formais, mostrando uma forte tendência de crescimento, tendo em vista as novas descobertas do pré-sal. (p.155).

Nos anos 2000 outra promessa para o desenvolvimento regional surge com a implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú, construído numa área afastada de restinga no município de São João da Barra. Considerado o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina, o “Super Porto” como era até então conhecido pelos habitantes locais, constituía uma outra saída para aqueles que até então não conseguiam oportunidades nas empresas petrolíferas de Macaé, já que no Complexo Portuário estavam previstas instalação de siderúrgicas, cimenteiras, indústria automotivas, termoelétricas, indústrias de apoio offshore e ainda uma unidade de tratamento e armazenamento de petróleo. Freitas e Oliveira (2012) apontam como ponto negativo principal a desterritorialização de várias famílias, que foram retiradas do entorno para dar lugar ao Complexo Portuário. No entanto, segundo as autoras ainda:

No contexto socioeconômico, a geração de emprego e aumento da população proporcionada pelo empreendimento, são os impactos positivos mais observados durante a fase de execução dos serviços de construção do empreendimento, onde são realizadas obras civis e outros

serviços aumentando o emprego formal. (FREITAS e OLIVEIRA, 2011, p.6)

Ao analisar a distribuição da população residente nos municípios do norte fluminense pelos setores de atividades econômicas em 2010, conforme a tabela 2.3, diferentemente da composição por atividades econômicas em 1970, percebemos que em todos os municípios o setor que mais se destaca é o de comércio e serviços, em alguns casos acima de 40%. Assim podemos interpretar que na região norte fluminense confirma-se o que Pochmann (2012) aborda, que é o crescimento do setor terciário, principalmente impulsionado pelo setor de serviços e comércio, que pode estar ligado as políticas nacionais de transferência de crédito, acesso aos financiamentos, incentivo ao consumo – o que propicia que aumentem as demandas no setor. Nesse sentido, o que observamos é que a região acompanha o país.

No entanto, apesar da participação bem mais reduzida do setor de agropecuário e pesca na região, em alguns municípios, chama a atenção que este setor apresenta um índice muito alto, principalmente nos municípios de São Francisco de Itabapoana (31%); Cardoso Moreira (20%) e São Fidélis (18%). Convém ressaltar que os outros municípios, com exceção de Campos dos Goytacazes e Macaé, apresentam números acima de 10%. Assim encontramos ainda na região norte fluminense municípios que ainda se encontram dependentes das atividades do setor primário, o que Pochmann (2012) aborda que no Brasil, nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990 cai.

O setor industrial tem participação maior justamente nos municípios de Campos e Macaé que apresentam uma estrutura econômica mais diversificada. Enquanto as indústrias extrativas têm participação populacional de 9% entre os ocupados residentes de Macaé, as indústrias de transformação têm maior participação na população residente em Campos (8%).

Observa-se que municípios como Quissamã, Carapebus e São Fidélis apresentam boa parte dos ocupados nos setores de administração pública. Alguns autores da região mostram como o aumento das receitas municipais advindos dos royalties gerou um peso maior deste setor. Segundo Cruz (2016), municípios recém-emancipados, Quissamã e Carapebus, mantêm um

crescimento demográfico acelerado devido, inicialmente, à montagem da máquina administrativa – são os municípios que mais empregam relativamente no setor de administração pública – e, posteriormente, à crescente condição de municípios-dormitório. Em muitas dessas cidades, o próprio setor público é o que dinamiza a economia local. Os demais setores apresentam participação mais próxima à realidade regional como um todo.

Tabela 2.3 – Distribuição da População ocupada residente na Região Norte Fluminense por setores da atividade econômica – 2010

Municípios	Agropecu- árias e Pesca	Indús- trias Extra- tivas	Indústrias de Transf.	Cons- trução	Comércio e Serviços
Carapebus	12%	4%	7%	11%	36%
Campos dos Goytacazes	5%	2%	8%	10%	47%
Cardoso Moreira	20%	2%	5%	8%	36%
Conceição de Macabu	10%	3%	5%	12%	40%
Macaé	2%	9%	6%	10%	47%
Quissamã	10%	2%	5%	10%	39%
São Franc. de Itabapoana	31%	2%	4%	9%	34%
São Fidélis	18%	3%	6%	8%	37%
São João da Barra	13%	1%	6%	11%	43%
Total	7%	4%	7%	10%	45%

continua...

continuação

Municípios	Adm. Púb., Def. e Segurança	Educação	Saúde e Serv. Sociais	Outras	Total (100%)
Carapebus	12%	5%	5%	8%	6.082
Campos dos Goytacazes	6%	8%	6%	7%	186.959
Cardoso Moreira	9%	8%	3%	10%	4.797
Conceição de Macabu	9%	10%	5%	6%	9.710
Macaé	6%	5%	4%	12%	102.811
Quissamã	16%	8%	4%	7%	8.623
São Fran. de Itabapoana	5%	7%	3%	4%	15.826
São Fidélis	13%	6%	3%	4%	15.746
São João da Barra	8%	8%	4%	7%	14.424
Total	7%	7%	5%	8%	364.978

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010.

2.3. Contextualização social e econômica regional: permanências das desigualdades socioespaciais

Como o nosso foco de trabalho é a posição dos indivíduos na estrutura social, apreendida sobretudo através do trabalho, essa hierarquização não está descolada de uma série de condições apresentadas pela sociedade que se analisa. As condições e oportunidades referentes à educação, condições de rendimento e às próprias oportunidades de inserção no mercado de trabalho também são importantes de serem consideradas. Ao analisar os indicadores de educação, renda e trabalho nos municípios da região Norte Fluminense, compreendemos como tais municípios apresentam diferenças internas na própria região, assim como em relação ao estado do Rio de Janeiro.

Tabela 2.4 – Indicadores sociais de educação, renda e trabalho nos municípios da Região Norte Fluminense⁴ – 2010

Município	Educação		Renda			Trabalho
	Tx. de freq. ao ensino médio ⁽¹⁾	Tx. de freq. ao ensino superior ⁽²⁾	% da renda apropriada pelos 20% + pobres ⁽³⁾	% da renda apropriada pelos 20% + ricos ⁽⁴⁾	Renda per capita ⁽⁵⁾	% Taxa de atividade ⁽⁶⁾
Carapebus	41,9	10,6	5,2	47,9	620,35	52,2
Campos dos Goytacazes	37,9	13,5	3,3	60,5	682,59	45,2
Cardoso Moreira	37,3	12,4	4,6	51,3	465,04	41,9
Conceição de Macabu	43,5	7,8	3,8	53,5	614,57	50,8
Macaé	37,7	11,8	3,4	60,5	1.103,42	54,1
Quissamã	36,1	12,8	3,9	58,5	616,31	48,4
São Franc. de Itabapoana	31,7	7,3	3,3	52,9	375,49	42,9
São Fidélis	40,5	12,5	4,4	52,3	567,23	44,3
São João da Barra	34,8	7,2	4,2	52,6	570,38	48,2
Estado do Rio de Janeiro	43,2	15,4	3,1	64,3	1.039,30	49,1

Fonte: PNUD 2013.

⁴ Descrição dos indicadores, na ordem em que aparecem na tabela: (1) Taxa de frequência líquida ao ensino médio: percentual de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio; (2) Taxa de frequência líquida ao ensino superior: percentual pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior; (3) Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com menor renda domiciliar per capita; (4) Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com maior renda domiciliar per capita; (5) Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010; (6) Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade (ocupadas e procurando trabalho).

No que se refere à educação, as variáveis “taxa de frequência ao ensino médio” e “taxa de frequência ao ensino superior” dão uma ideia do acesso à educação na região. Enquanto o estado do Rio de Janeiro apresentou um percentual de 43,2% de jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio, entre os municípios do Norte Fluminense os que chegaram mais próximo desse percentual foram os municípios Conceição de Macabu (43,5%); Carapebus (41,9%) e São Fidelis (40,5%) – esses são municípios pequenos populacional e territorialmente, portanto, os números surpreendem. Já os municípios maiores, Campos dos Goytacazes e Macaé, apresentam participação em torno de 37% – abaixo do percentual estadual e de outros municípios da própria região.

Quanto à variável “taxa de frequência ao ensino superior”, o estado do Rio de Janeiro apresenta um percentual de 15,4% de jovens de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior. Nesse caso, observa-se que nenhum município do Norte Fluminense chega a este valor que, na realidade, ainda é muito baixo tanto no estado quanto nos municípios analisados. Apesar disso, entre os que mais se destacam encontramos Campos dos Goytacazes com 13,5%; Quissamã (12,8%) e São Fidelis (12,5%).

Essa leitura permite entender que Campos dos Goytacazes provavelmente se destaca por ser considerado um polo de ensino na região, já que conta com numerosas instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas de ensino superior, em relação aos outros municípios da região. Vale ressaltar também que muitos estudantes também se deslocam para estudo em outro município, conforme aponta Tavares (2016).

É intrigante observar que o município de Macaé apresenta apenas 11,8% de taxa de frequência ao ensino superior. Ao compreender que muitas das funções desempenhadas pelos profissionais da indústria petrolífera demandam qualificação técnica, havia uma hipótese de que essa necessidade de qualificação estaria relacionada a maior procura por cursos de nível superior e que por talvez apresentar muitas oportunidades no setor, os indivíduos estariam permanentemente buscando capacitação nas universidades seja para adquirir competências necessárias aos cargos ou mesmo para adquirir competência necessária para uma possível elevação na posição dentro das empresas. No

entanto, percebemos que o município nesse quesito não apresenta destaque, ficando abaixo de municípios menores como Quissamã (12,8%); São Fidélis (12,5%) e Cardoso Moreira (12,4%), que são municípios com população bem menor que Macaé.

De acordo com o Censo 2010, Macaé tinha uma população de 206.728 habitantes; Quissamã 20.242 habitantes; São Fidelis 37.543 habitantes e Cardoso Moreira 12.600 habitantes. Embora estes dados sejam referentes a 2010 e já tenha ocorrido considerável ampliação do ensino superior na região, as diferenças entre os municípios são relevantes. Além disso, atualmente os municípios que mais possuem universidades ainda são Campos dos Goytacazes e Macaé. Claro que muitos indivíduos recebem auxílio das prefeituras para estudarem em Campos e Macaé principalmente.

Outra dimensão importante se refere à renda, isso porque apesar de não remeter diretamente a uma posição em uma hierarquia social, ela expressa a capacidade de consumo dos indivíduos e famílias, e as diferenças existentes na apropriação da riqueza produzida. Os indicadores expressos na tabela 2.3 foram elaborados pelo PNUD⁵ (2013) a partir do Censo Demográfico de 2010.

O indicador “% da renda apropriada pelos 20% + pobres” expressa o percentual da riqueza apropriada pelos mais pobres. Nota-se que o estado do Rio de Janeiro apresenta um percentual de 3,1% - entre os municípios do Norte Fluminense, embora haja percentual maiores que este, no geral também é muito baixo. Contrariamente, o indicador “% da renda apropriada pelos 20% + ricos” expressa o percentual de riqueza apropriada pelos ricos, e observa-se que no estado esse valor foi de 64,3% - o que já demonstra uma grande desigualdade na distribuição da riqueza, já que mais da metade da renda obtida fica para os mais ricos enquanto aos mais pobres uma parte ínfima.

⁵ PNUD - O **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, o PNUD oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil. Fonte: <http://www.pnud.org.br/Acesso> em 22/08/2016.

No Norte Fluminense, a renda apropriada pelos ricos também é muito mais elevada. Além disso, em relação aos municípios que mais se destacam na região, Campos dos Goytacazes e Macaé, apresentam o mesmo percentual de 60,5% da renda apropriadas pelos 20% mais ricos, revelando que justamente os municípios maiores e com maior renda *per capita* apresentam uma maior desigualdade na distribuição da renda – acompanhando o estado do Rio de Janeiro nessa categoria. Os outros municípios, embora não apresentem um percentual tão alto, ainda assim acompanham a reprodução da desigualdade de distribuição da renda.

Sobre a variável “renda *per capita*”, que significa o valor total da renda do município dividida por cada habitante, o estado do Rio de Janeiro, que possui 49,1% de sua população trabalhando, apresenta renda *per capita* de R\$1.039,30, um valor razoavelmente alto, mas nem tanto se relacionarmos com as despesas que os indivíduos possuem para sua sobrevivência e de suas famílias em lugares como a região metropolitana, por exemplo. Quanto ao Norte Fluminense, mais uma vez encontramos uma enorme disparidade em relação ao estado, pois a maioria dos municípios se comporta de forma bastante negativa, ficando muito abaixo do estado, com exceção de Macaé que apresenta uma renda *per capita* surpreendente de R\$1.103,42. Até mesmo Campos apresenta esse valor bem inferior a Macaé.

A renda *per capita* associada à leitura dos resultados da população ocupada por setores da atividade econômica do Censo 2010 permite interpretar que, entre os municípios com pior desempenho, a possível explicação seria o alto percentual de ocupados em atividades ligadas a agropecuária e pesca, que nesses lugares estão muito relacionadas a produção de subsistência ou a baixos salários. Em 2010, no município de São Francisco de Itabapoana que possui 42,9 de percentual da população trabalhando, e conforme visto na tabela 2.2, que 31% da população ocupada estava alocada na categoria de atividade econômica ligada a agropecuária e pesca. É um percentual bastante alto pois o estado do Rio de Janeiro apresenta então apenas 7% de sua população total nessas atividades.

É interessante observar que os municípios que possuem maiores percentuais de população ocupada são Macaé (54,1%) e os próximos a este – Carapebus (52,2%), Conceição de Macabu (50,8%) e Quissamã (48,4%). Isso porque muitos habitantes da região trabalham em Macaé, porém moram nesses municípios vizinhos em que o custo de vida é mais baixo. Em seguida viria São Joao da Barra (48,2%) e depois Campos (45,2%).

Ao analisarmos os dois municípios apontados como polos regionais, Campos dos Goytacazes, que segundo o IBGE, tem a mais vasta área territorial do interior do Rio de Janeiro, apresentou uma renda *per capita* de R\$ 682,59, um valor baixo se comparado aos municípios menores que apresentaram renda per capita muito próxima. Ao observar a distribuição da população ocupada por setores da atividade econômica, nota-se que a atividade que mais movimenta é a de Comércio e Serviços que abarca 47% dos trabalhadores. Portanto, mesmo com toda riqueza movimentada no município, sobretudo aquela proveniente dos royalties da exploração do petróleo – que poderiam atuar com políticas de qualificação e geração de empregos – o município apresenta uma renda *per capita* muito baixa em relação ao Rio de Janeiro e mais baixa ainda em relação a Macaé.

Sendo assim, a má distribuição da renda, a baixa renda per capita e a ausência de políticas públicas de longo prazo podem ser considerados como fatores que impedem o desenvolvimento do município e que todos os habitantes tenham acesso a serviços de qualidade, a melhores condições de vida e possam participar plenamente das condições econômicas. O que a maioria da população economicamente ativa recebe vai apenas para os gastos com sua subsistência e de sua família, gerando assim um aumento da pobreza e da miséria no município. (CRUZ, 2005).

Já Macaé, com renda per capita de R\$1.103,42 se encontra em posição muito superior aos outros municípios da região Norte Fluminense, inclusive Campos, e encontra-se superior ainda à renda per capita de todo estado do Rio de Janeiro. O município é reconhecido por muitos estudiosos que analisam a economia regional como outro importante polo, representando junto com Campos

dos Goytacazes, a principal fonte de renda e geração de postos de trabalho para os municípios do Norte Fluminense.

Com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos e a vinda da Petrobras para Macaé na década de 1970 o município passa a receber muitos investimentos provenientes das atividades petrolíferas e grandes multinacionais abrem portas para instalar operações e servir como suporte para operações da própria Petrobras. Assim, Macaé passa a movimentar um intenso mercado de trabalho que demanda mão de obra específica para atender as necessidades desse mercado sofisticado. No entanto, nem o município nem a região possuía população devidamente qualificada para as vagas surgidas, o que potencializou a vinda de muitos trabalhadores externos à região.

Outros setores econômicos também sofreram mudanças, como o setor da construção civil, já que a vinda dessas empresas demanda obras para construção de galpões e outras instalações, além de construções imobiliárias e hoteleiras para garantir a alocação dos trabalhadores. Esse resultado possibilita interpretar que sendo a atividade petrolífera a mais importante para o município e que mobiliza várias outras atividades como construção civil, hotelaria, imobiliária, dentre outras, faz a renda aumentar pois costuma empregar em atividades que exige maior grau de especialização e que frequentemente pagam melhores salários.

A leitura desses dados referentes ao Norte Fluminense permite interpretar que se compararmos a região com o estado do Rio de Janeiro, principalmente nos indicadores observados, encontraremos muitas defasagens em dimensões que poderiam apontar índices de crescimento para a região, a exemplo dos indicadores ligados à educação, onde a maioria dos municípios apresentou desempenho inferior em relação ao estado, e também na renda per capita, onde praticamente todos os municípios ficaram abaixo do estado, com exceção de Macaé. Além disso, a distribuição da renda na região ainda é muito desigual, já que a maior parte é apropriada pelos mais ricos. Nesse sentido, a economia petrolífera que deveria apresentar mudanças significativas para a população, principalmente motivada pelo alto valor movimentado por suas atividades e por outras que dela dependem na realidade não ocorrem para todos e por conta da

sua má gestão, seus benefícios vão apenas para alguns enquanto a maioria compete pelo que sobra.

No próximo capítulo problematizaremos a questão referente a efetivas mudanças em termos de estrutura social na região que este novo ciclo econômico trouxe, aprofundando um pouco mais a análise da inserção da população no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

Estrutura social através de hierarquia sócio-ocupacional no Norte Fluminense

Introdução

Como colocado nos capítulos anteriores, este trabalho tem como objetivo problematizar as mudanças ocorridas na região norte Fluminense nas últimas décadas, sobretudo no que se refere à dinâmica econômica, questionando se houve mudanças consideráveis no que poderíamos apreender da estrutura social regional. Para tanto, esta análise vai utilizar a hierarquia sócio-ocupacional elaborada pelo Observatório das Metrópoles para explicar a organização ocupacional nas regiões metropolitanas. Tal método apresenta relação com o quadro criado por Bourdieu para dividir a sociedade francesa. A metodologia já foi descrita em capítulo anterior.

Como já dito, a estrutura social, dependendo da corrente teórica e metodologias de análise, pode ser compreendida de maneiras diferentes. No nosso caso, consideramos o trabalho como uma dimensão fundamental para tal compreensão, conforme explicitado nas abordagens teóricas no capítulo primeiro.

É importante ressaltar que a elaboração das categorias sócio-ocupacionais é fruto de um esforço teórico-conceitual explicitado anteriormente, assim como sua adequação metodológica aos censos demográficos brasileiros tenha passado por considerável análise de conteúdo. Como nos apropriamos desta metodologia, a pesquisa aqui explicitada se dá basicamente através de metodologia quantitativa a partir de análise secundária de dados, com cruzamento de variáveis. A população do Norte Fluminense foi distribuída segundo as categorias sócio-ocupacionais e segundo outras variáveis que consideramos relevantes para a análise, como: municípios-polo (Campos e Macaé); origem espacial (condição migratória) e geração (faixa etária).

Segundo Maciel (2014) “Para uma análise mais concreta, entretanto, não podemos desconsiderar os dados, pois são eles que definem boa parte do que consideramos como realidade social, seja ela regional, nacional ou global. (MACIEL, 2014, p.9). Nesse sentido a leitura dos dados torna-se importante para compreender se houve ou não mudanças na estrutura social na região, sobretudo relacionada a posição social dos indivíduos no trabalho.

Ressaltamos ainda que, como os dados são gerais, os resultados não são diretamente conclusivos, mas são importantes para trazer elementos para a discussão, permitindo ainda inferir algumas hipóteses, confrontando a realidade e com os contextos históricos, políticos e sociais. Nesse sentido, o método quantitativo é relevante por sua abrangência na leitura dos fenômenos e processos sociais, em que os mecanismos explicativos poderiam ser aprofundados através de outros métodos, mais qualitativos, abordando diretamente os sujeitos envolvidos.

3.1. Estrutura social: mudanças na hierarquia sócio-ocupacional no Norte Fluminense

Tomando como ponto de análise as transformações ocorridas ao longo dos anos no Brasil e principalmente no Norte Fluminense, esse trabalho teve como ponto de investigação compreender o que ocorrera de mudança nas ocupações ao longo do tempo no NF e se isso teria de relação com os ciclos econômicos regionais ou se aproximam-se mais das mudanças ocorridas em nível nacional.

O trabalho constitui um elemento importante ao analisar atividades econômicas, uma vez que é a partir dele que as pessoas se organizam, se estruturam e se dividem socialmente. Conforme consta na tabela 3.1, a população ocupada do Norte Fluminense aumentou consideravelmente dos anos 90 aos anos 2000, de 215.440 mil em 1991⁶ para 333.427 em 2010. Ao analisar a distribuição entre as categorias sócio-ocupacionais, percebemos que da década

⁶ A consideração a partir de 1991 se deve à disponibilidade das informações censitárias e compatibilização das posições entre os censos. Os dados foram processados no software SPSS for Windows 21.

de 1990 a início dos anos 2000 algumas ocupações ganham enquanto outras vão perdendo destaque.

A categoria “**Dirigentes**”, que reúne empresários, grandes empregadores e dirigentes do setor público, justamente por ser uma categoria mais superior, reúne poucos ocupados. Nota-se que em 1991 não tinha tanta expressividade, porém, no Censo de 2000 apresentou considerável crescimento absoluto. Em 2010, ainda que o número absoluto de parte da população ativa nessa categoria também aumente, o percentual diminui em relação ao Censo de 2000. Portanto, embora menor e com pouca participação, esta categoria aumentou em números absolutos consideravelmente, apresentando o mesmo comportamento que o Brasil.

Na categoria “**Profissionais de Nível Superior**” encontramos em 1991 cerca de 4 % da população. Em 2000 o percentual sobe um pouco para 4,6 % e em 2010 o percentual praticamente dobra para 8,6 % devendo-se ao fato de que nessa categoria encontram-se os profissionais graduados e que trabalham em atividades de sua área de graduação, além dos profissionais que atuam em instituições superiores públicas e/ou privadas de ensino. Nesse sentido, este aumento está provavelmente relacionado a políticas públicas de expansão do ensino superior (como REUNI, FIES, PROUNI) que servem como fomento para que os indivíduos possam concluir sua graduação e atuar no mercado de trabalho. Sendo assim, essa categoria foi a que apresentou maior aumento percentual no período analisado. Vale notar que no Brasil, a participação desta categoria em 2010 também foi próxima – 8,3%.

A participação dos “**Pequenos Empregadores**” vem caindo com o passar do tempo. Essa categoria se refere, por exemplo, a empreendedores, comerciantes por conta própria que movimentam até 10 empregados etc. Em 1991 o percentual é 3,3 %, caindo para 1,7% em 2000 e 0,9 % em 2010. Algumas explicações possíveis para essa diminuição é a presença de médias e grandes empresas na região, os problemas para formalização dos negócios, ou mesmo as dificuldades relativas a atender à demanda do aumento da população urbana. Também no Brasil, a diminuição desse grupo ocorreu tanto em números absolutos quanto relativos.

Já na categoria “**Ocupações Médias**”, encontramos um percentual que veio aumentando ao longo do tempo. Em 1991 o percentual é de 19,5 % representando uma população absoluta de 42.065 ocupados na Região Norte Fluminense. Em 2000, o percentual sobe para 21,3 % (55.540 indivíduos) e em 2010 o percentual sobe mais um pouco para 23,4% representando 78.060 indivíduos ativos na categoria. Vale notar que o aumento em números absolutos é expressivo, a participação em 2010 do NF é um pouco maior que no Brasil, já o aumento relativo desta categoria nos anos 2000 também foi maior no NF do que no Brasil, 40,5% e 27,6%, respectivamente.

A categoria “**Trabalhadores do Comércio e Serviços Especializados**” apresentou em 1991 um percentual de 13,7% da população que corresponde a 29.563 indivíduos; em 2000 o percentual sobe consideravelmente para 18,3% da população, representando 47.673 indivíduos e em 2010, embora o número de indivíduos dentro da população ativa dessa categoria seja de 60.335, mas o percentual de participação praticamente permanece em torno de 18%. Essa participação é um pouco maior do que no Brasil, que ficou em 2010 como 16,6% de ocupados nesta categoria. De certa forma, verifica-se o aumento do setor de comércio e serviços no período analisado, sobretudo nos anos 90.

Entre os “**Trabalhadores do Secundário**”, que abrangem os serviços relacionados à indústria e atividades de apoio, encontramos 23,6% da população em 1991; 23,7% em 2000 e 25,7% em 2010. Esse setor, que também abarca os trabalhadores das indústrias extrativas onde está o subsetor de petróleo e gás natural, aumentou o número de trabalhadores no período, e o percentual do Brasil foi um pouco menor – 22,7%. Vale ressaltar que no que se refere ao aumento relativo, essas categorias cresceram 29% no Brasil e 39% no NF.

Na categoria “**Trabalhadores do Terciário Não-Especializado**” encontramos em 1991 o percentual de 17,1% da população, com 36.771 indivíduos. Em 2000 o percentual sobe para 18,8%, com 49.019 indivíduos e em 2010 o número de ocupados nesta categoria aumenta um pouco mais para 51.730, no entanto, o percentual cai para 15,5%. Vale notar que esta categoria expressa geralmente o trabalho mais precarizado, sobretudo entre aqueles que trabalham por conta própria ou sem carteira assinada, com vínculos instáveis com

o mercado de trabalho. A participação no Brasil também diminuiu no período analisado, fechando em 2010 com 14,6% de ocupados.

Já na categoria “**Agricultores**” observa-se a maior redução ocorrida com o passar do tempo. Em 1991 eles correspondiam a 18,3% da população, com 39.486 indivíduos; em 2000 o percentual cai para 10,3%, com 26.931 indivíduos e em 2010 o percentual cai mais ainda para 6,9% abarcando 23.012 trabalhadores. Podemos atribuir isso ao fato de que as atividades agrícolas no Norte Fluminense perderam muita força ao longo do tempo para outras atividades, além disso a transferência da economia mais agrária para uma mais de comércio, serviços e indústria, influenciou a inserção da população no mercado de trabalho.

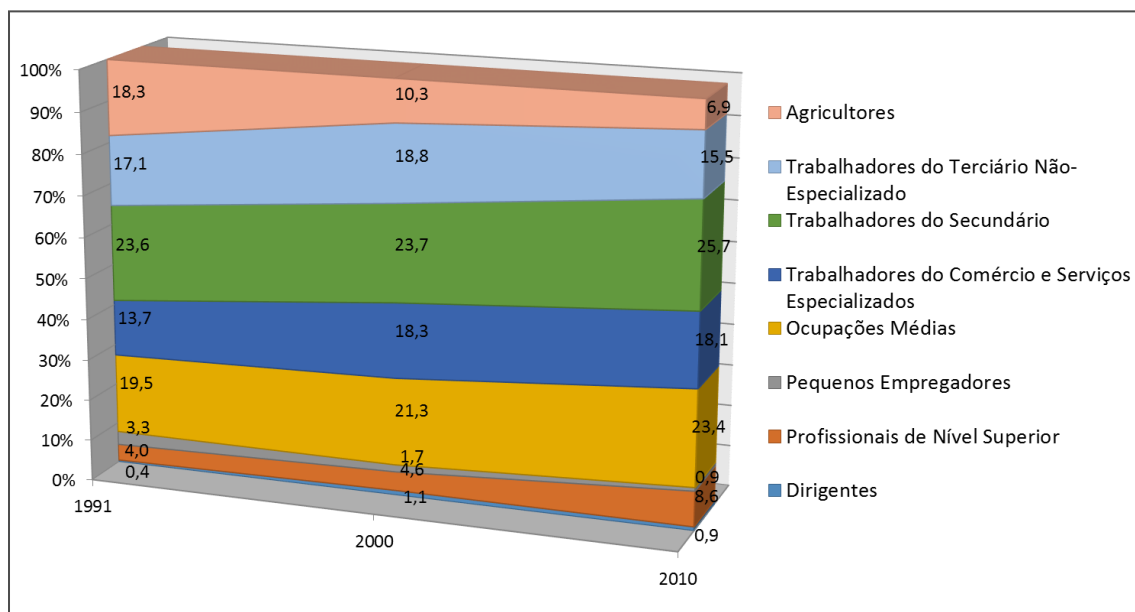
Tabela 3.1 – População Ocupada dos Municípios da Região Norte Fluminense por Categorias Sócio-ocupacionais – 1991, 2000 e 2010

Categorias Sócio-ocupacionais	1991		2000		2010	
	Pop.	(%)	Pop.	(%)	Pop.	(%)
Dirigentes	951	0,4	2.941	1,1	3.152	0,9
Profissionais de Nível Superior	8.708	4,0	12.064	4,6	28.596	8,6
Pequenos Empregadores	7.154	3,3	4.524	1,7	2.919	0,9
Ocupações Médias	42.065	19,5	55.540	21,3	78.060	23,4
Trab. do Comércio e Serv. Esp.	29.563	13,7	47.673	18,3	60.335	18,1
Trabalhadores do Secundário	50.741	23,6	61.686	23,7	85.624	25,7
Trab. do Terciário Não-Especializado	36.771	17,1	49.019	18,8	51.730	15,5
Agricultores	39.487	18,3	26.930	10,3	23.011	6,9
Total	215.440	100,0	260.377	100,0	333.427	100,0

Fonte: Censos Demográficos do IBGE 1991, 2000 e 2010.

A leitura dos dados demonstra que, no período analisado, as categorias “pequenos empregadores” e “agricultores” tiveram maior redução de participação. Os trabalhadores do terciário não-especializado, praticamente mantiveram a participação nos anos 90, mas sofreram pequena redução nos anos 2000. Os dirigentes, mesmo com algumas oscilações no período, abarcam pequena parcela da população. Já as categorias que aumentaram a participação foram os profissionais de nível superior, ocupações médias, trabalhadores do comércio e serviços especializados e, em menor medida, os trabalhadores do secundário. O gráfico 3.1 contribui para visualizar o processo ocorrido.

Gráfico 3.1 – População Ocupada dos Municípios da Região Norte Fluminense por Categorias Sócio-ocupacionais – 1991, 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos do IBGE 1991, 2000 e 2010.

Apesar das mudanças, ao confrontar tais informações com os dados referentes ao Brasil, observa-se que, no geral, as mudanças na região sugerem um acompanhamento do que ocorre nacionalmente. Claro que essa afirmação poderia ser melhor avaliada, além disso, pode-se supor também que, as transformações econômicas na região contribuíram, de certa forma, para acompanhar tais tendências.

As mudanças revelam que o que vemos na região na primeira década do sec. XXI é aquilo que POCHMANN (2012) já analisava para o Brasil, que seria o crescimento do setor terciário movimentado pela prestação de serviços, comércio, dentre outras atividades, que no início de tal século se apresentariam como destaque, possibilitando abertura de postos de trabalho. No entanto, o autor afirma também que o crescimento do setor terciário, movimentado principalmente por comércio e serviços, ainda que represente oportunidades de geração de emprego e melhora na renda dos indivíduos, faz crescer emprego em atividades de “salário de base”, que sustentam a base da pirâmide social, ou seja, os trabalhadores da classe popular, que geralmente cumprem atividades mais inferiores (SOUZA, 2009). Se tomarmos como exemplo desse grupo os trabalhadores do terciário não-especializado, notamos que esse aumento foi

maior nos anos 90 e, tendo aumentando ainda um pouco mais em 2010, porém com diminuição de participação.

3.2. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional nos polos regionais

A análise anterior trata de toda a população ocupada residente no Norte Fluminense. Consideramos interessante fazer essa mesma análise para os municípios de Campos e Macaé, considerados polos regionais.

Campos dos Goytacazes, além de ser conhecido pela condição histórica de produtor de açúcar, centro de comércio e serviços mais especializados, atualmente também é um importante polo de ensino no interior do estado do Rio de Janeiro. Campos concentra parte das oportunidades educacionais regionais, contando com uma universidade estadual; 1 universidade federal; 1 instituto federal, atualmente com dois polos na cidade, e diversas instituições privadas de ensino superior. Isso contribui para que as pessoas encontrem oportunidades de ingressar no ensino superior e outras já formadas tenham a oportunidade de lecionar nessas instituições.

Já Macaé, como visto, passou por uma dinamização econômica recente, que envolve setor industrial, como as atividades relacionadas à indústria petrolífera, os serviços especializados, construção civil, serviços de alimentação e alojamento etc. No caso de Macaé, por exemplo, o crescimento da categoria dos profissionais de nível superior pode ser compreendido pela necessidade de especialização técnica dos trabalhadores que ocupam posições mais elevadas nas empresas de *offshore*, que exige conhecimento de nível superior e também pela quantidade de instituições de ensino superior existentes no município, já que ele atualmente exerce função polarizadora também na área de ensino, que atende habitantes locais e também de municípios vizinhos.

A análise busca identificar o que ambos têm de semelhante ou diferente em sua hierarquia sócio-ocupacional. De um modo geral, conforme dados da

tabela 3.2., percebemos que ambos não possuem muitas diferenças pois na maioria das categorias apresentaram percentuais bastante próximos e até iguais.

Tabela 3.2 – População Ocupada dos Municípios de Campos e Macaé por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010

Categorias sócio-ocupacionais agregadas	Campos dos Goytacazes	Macaé	Total
Grandes empregadores	1%	1%	1%
Profissionais de nível superior	9%	10%	9%
Pequenos empregadores	1%	1%	1%
Ocupações médias	22%	29%	23%
Trabalhadores do terciário especializado	19%	18%	18%
Trabalhadores do secundário	26%	26%	26%
Trabalhadores do terciário não-especializado	16%	14%	16%
Trabalhadores agrícolas	5%	2%	7%
Total	171.164	92.366	333.428

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010.

A principal diferença está nas “ocupações médias”, onde Macaé apresenta um percentual maior com 29% de trabalhadores, enquanto Campos dos Goytacazes apresenta 22%. Tais ocupações são aquelas que exigem certa especialização técnica e que podem estar associadas em alguma medida à classe média.

Essa diferença vai ser compensada pelo fato de Campos ter percentual um pouco maior de “trabalhadores do terciário não-especializado” (16% da população e Macaé com 14%) e de “trabalhadores agrícolas” (Campos dos Goytacazes apresenta um percentual de 5% e Macaé 2%). Claro que aqui estão sendo consideradas as populações que residem nos municípios, não considerando quem se desloca para trabalhar em Macaé, por exemplo, uma vez que este município atrai muitos trabalhadores de fora (TAVARES, TAVARES, 2013).

Portanto, apesar de Macaé de fato apresentar números mais interessantes, poderíamos esperar que o município apresentaria maior destaque no trabalho secundário, por exemplo, nos serviços especializados e mesmo nos profissionais de nível superior. Mais uma vez, reforça-se a ideia que parte dos postos de

trabalho ocupados por quem vem de fora devem estar ligados a tais ocupações com melhor posição em uma hierarquia sócio-ocupacional.

Sendo assim, podemos concluir que ainda que ambos os municípios tenham importante destaque para a região norte fluminense e que as atividades provindas da extração do petróleo movimentem o mercado de trabalho regional, as mudanças um pouco mais expressivas na posição dos indivíduos ficam para o município de Macaé, ao passo que Campos dos Goytacazes apresentou menos ainda alterações significativas. Assim, a população ora fica trabalhando em algo ora trabalhando em outra atividade, para suprir suas necessidades, a exemplo do que acontecia no ciclo sucroalcooleiro.

3.3. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional por origem espacial – lugar de moradia e trabalho

Outro objetivo deste trabalho é buscar avaliar se existem diferenças em termos de inserção na estrutura social, apreendida através da hierarquia sócio-ocupacional, entre a população originária da região e a população que veio de fora. Nesse sentido, utilizamos como filtro uma variável do Censo Demográfico de 2010 referente à migração por tempo de residência no município. Considerou-se como recorte o tempo de residência nos municípios da região há menos de 20 anos (próximo ao período de tempo que está sendo analisado neste trabalho) para apontar os imigrantes. Os que sempre moraram na região ou mesmo os que residem há mais tempo que isso são considerados originais da região.

A leitura da tabela 3.3 que apresenta a hierarquia sócio-ocupacional, dividindo os habitantes por população com origem na região e população imigrante, permite observar algumas diferenças também. Entre os imigrantes, encontramos 11% de “profissionais de nível superior”, ou seja, uma participação maior entre as pessoas que vieram de outros lugares para a região norte fluminense do que quem já morava na região – 8%. Apesar de parecer pouca diferença, na verdade, podemos considerá-la expressiva, se pensarmos que em

toda a década de 2000 o aumento destes profissionais na região foi de 4 pontos percentuais (p.p.) – de 4,6% em 2000 para 8,6% em 2010 (tabela 3.1).

Do mesmo modo, na categoria “ocupações médias” encontramos 27% de ocupados entre os imigrantes que se apresenta maior que a população de origem (22%). Portanto, uma diferença de 5 p.p. entre os originais e os imigrantes.

Diferentemente, entre os moradores originais do NF, há 16% de “trabalhadores do terciário não-especializado” e 8% “trabalhadores agrícolas”. Enquanto entre os imigrantes, estes percentuais são menores, 14% e 3%, respectivamente.

Tabela 3.3 – População Ocupada no Norte Fluminense segundo condição migratória por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010

Categorias sócio-ocupacionais agregadas	População com origem na região	População imigrante	Total
Grandes empregadores	1%	1%	1%
Profissionais de nível superior	8%	11%	9%
Pequenos empregadores	1%	1%	1%
Ocupações médias	22%	27%	23%
Trabalhadores do terciário especializado	18%	18%	18%
Trabalhadores do secundário	26%	25%	26%
Trabalhadores do terciário não-especializado	16%	14%	16%
Trabalhadores agrícolas	8%	3%	7%
Total	249.643	83.786	333.429

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010.

Isso permite levantar a hipótese que a população original da região norte fluminense pode estar competindo, de certa forma, por melhores posições no mercado de trabalho com os imigrantes, já que estes apresentam melhores condições de ocupar os postos de trabalho que exigem mais qualificação e especialização. Ou seja, é plausível supor que já existe uma desigualdade de oportunidades e condições de acesso entre esses grupos.

3.4. Estrutura social: mudanças hierarquia sócio-ocupacional por gerações

Por fim, um dos últimos objetivos é avaliar se há diferenças consistentes no que se refere ao aspecto geracional. A análise por faixa de idade permite interpretar em que medida a posição dos ocupados por categorias pode estar relacionada com a idade.

Tomando como análise a população ocupada da região Norte Fluminense ainda em 2010 observamos que a categoria “Dirigentes” abarca pouquíssima parcela de ocupados em todas as faixas etárias. É possível supor que nessa categoria incluem-se os indivíduos mais maduros e que provavelmente levaram tempo para se especializar ou para formar o capital econômico necessário, ao longo do tempo, para chegar nessa posição, que corresponde até então a 1% da população nas faixas etárias de 30 a 44 anos e acima de 45 anos. A categoria “pequenos empregadores” também tem pouca participação.

Os “profissionais de nível superior” tem participação de 7% na faixa de idade até 29 anos; 10% na faixa etária de 30 a 44 anos e 9% acima de 45 anos, correspondendo essa categoria a um total de 9 % da população. Nota-se que tem participação menor entre os mais novos, o que também é explicado pela própria idade, uma vez que alguns jovens levam mais tempo para se inserir no ensino superior e concluí-lo.

Para os que estão nas categorias de “ocupações médias” observa-se uma participação elevada na faixa etária até 29 anos com 28% dos ocupados com essa idade; 23% entre os ocupados de 30 a 44 anos e 19% na faixa acima de 45 anos. Observa-se que tem uma maior participação entre os jovens, são ocupações de nível médio e técnico, que inclusive cresceram no último período na região, como visto, e que contribuíram para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Da mesma forma, esse grupo dos mais jovens também apresentam maior participação de trabalhadores do terciário especializado, 22%.

Na categoria “trabalhadores do secundário” as diferenças não são tão expressivas, variando de 22% a 24% de participação entre as faixas etárias, embora a maior participação seja dos jovens.

Ao analisar a categoria “trabalhadores do terciário não especializado” encontramos 13% entre os que têm até 29 anos; 17% daqueles ocupados com 30 a 44 anos e 17% dos que possuem 45 anos e mais de idade. Da mesma forma, a categoria “trabalhadores agrícolas” também vai aumentando a participação conforme aumenta a idade.

Tabela 3.4 – População Ocupada no Norte Fluminense segundo faixa etária por Categorias Sócio-ocupacionais – 2010

Categorias sócio-ocupacionais agregadas	Até 29 anos	30 a 44	45 e mais	Total
Dirigentes	0%	1%	1%	1%
Profissionais de nível superior	7%	10%	9%	9%
Pequenos empregadores	0%	1%	1%	1%
Ocupações médias	28%	23%	19%	23%
Trabalhadores do terciário especializado	22%	17%	15%	18%
Trabalhadores do secundário	24%	26%	26%	26%
Trabalhadores do terciário não-especializado	13%	17%	17%	16%
Trabalhadores agrícolas	5%	6%	11%	7%
Total	103.891	127.141	18.443	333.431

Fonte: Censo Demográfico do IBGE 2010.

Dessa forma, é possível notar que os jovens apresentam maior participação justamente nas posições intermediárias da hierarquia sócio-ocupacional aqui analisada, 74% dos trabalhadores até 29 estão nas categorias referentes às ocupações médias, terciário especializado e secundário. Já a população em idade ativa mais madura, de 30 a 44 anos em participação maior de profissionais de nível superior e uma participação considerável de ocupações médias, secundário e um percentual maior de trabalhadores do terciário não-especializado em relação aos mais jovens. Já os trabalhadores acima de 45 anos além de apresentar maior participação de trabalhadores do terciário não-especializado, também têm maior percentual de trabalhadores agrícolas.

Nota-se assim que, com o aumento da idade há uma certa dualização da estrutura social entre os que conseguiram alcançar melhores postos de trabalho e posições na hierarquia social e aqueles com trabalhos mais precarizados, enquanto entre os mais jovens a ocupação de posições intermediárias seja maior.

Mediante o que foi levantado neste capítulo, a partir da leitura dos dados das diferentes formas de mudanças na hierarquia sócio-ocupacional no Norte Fluminense, podemos interpretar que, quanto às mudanças na hierarquia sócio-ocupacional por categorias profissionais, a maioria das categorias acompanhou o Brasil, ficando apenas as categorias “Ocupações Médias”, “Trabalhadores do Comercio Especializado” e “Trabalhadores do Secundário”, acima do percentual nacional. Mesmo assim não foram mudanças tão significativas.

Quanto às mudanças na hierarquia sócio-ocupacionais em relação a Campos e Macaé, quando comparados os dois principais municípios do NF, percebemos que em muitas categorias ambos apresentaram percentual parecido ou bem próximo. Porém, na categoria “Ocupações Médias”, Macaé apresenta um percentual de participação maior que Campos dos Goytacazes. Se analisarmos de um modo geral perceberemos que as mudanças se apresentaram de uma forma um pouco mais expressiva para o município de Macaé ao passo que Campos não apresentou alterações significativas.

Quanto às mudanças na hierarquia sócio-ocupacional por origem/lugar de moradia e trabalho, onde comparamos a população de origem com a população imigrante percebemos que nas posições médias, em que são exigidas mais qualificação, a população imigrante fica com as oportunidades e seu percentual de participação por vezes é igual ou maior que a população local, o que denota uma competição entre população de origem e população imigrante pelas oportunidades e pelas posições ocupacionais que possuem maior peso no percentual regional.

Quanto às mudanças na hierarquia sócio-ocupacional por gerações, a leitura dos dados permite interpretar que nas posições com maior peso na região, ou seja, as posições intermediárias da hierarquia sócio-ocupacional – “Ocupações Médias”, “Trabalhadores do Secundário” e “Trabalhadores do Terciário Especializado”, encontramos a maior parte da população de jovens ao passo que nas categorias que exigem menos especialização, a exemplo de “Trabalhadores do Terciário Não-Especializado” e “Agricultores” encontramos os mais velhos em maior percentual. Ainda sobre as mudanças analisadas por gerações percebemos que, com o passar da idade os mais velhos dividem-se entre aqueles que

conseguiram alcançar melhores posições e aqueles que não conseguiram e que ficaram alocados em atividades mais simples e que não demandam especialização. Certamente, cabe ressaltar que sendo esses dados parte de uma pesquisa quantitativa que prioriza a abrangência e cobertura dos processos analisados, os resultados tratam-se de possibilidades interpretativas e não conclusões fechadas.

Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo analisar as mudanças na estrutura social em uma região do interior fluminense – a Região Norte Fluminense – que, aliado ao quadro de mudanças nacionais, também apresentou transformações em nível local diante das alterações na dinâmica das atividades econômicas nas últimas décadas. Pretendeu-se também identificar se houve distinções em termos de inserção na estrutura social entre a população original da região e os imigrantes, entre as diferentes faixas etárias e entre os municípios considerados polos regionais, Campos dos Goytacazes e Macaé.

Foi utilizado o modelo do Observatório das Metrôpoles baseado em perspectivas teóricas de abordagens marxista, weberiana e a noção de espaço social de Bourdieu, para explicar o conceito de estrutura social. Incorporamos no debate as principais discussões acerca de estrutura e estratificação social no Brasil para explicitar como os indivíduos se inserem, se organizam e se hierarquizam socialmente no tocante as ocupações profissionais e como isso influencia no espaço onde vivem, reproduzindo relações que podem culminar em ascensão social indicando mobilidade ou reprodução de desigualdade.

A partir da discussão local acerca do desenvolvimento regional que aborda os diferentes ciclos econômicos experimentados na Região Norte Fluminense, compreendemos como a dinâmica de transformação econômica se deu ao longo do tempo na região, que passou de região agrária, impulsionada pela produção de açúcar no final do século XIX a meados do século XX, para região industrial a partir da década de 70. Tais mudanças influenciaram a inserção da população trabalhadora nas oportunidades trazidas pelos grandes empreendimentos locais.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório na tentativa de responder aos questionamentos levantados inicialmente neste trabalho e a leitura dos dados quantitativos, associada ao contexto histórico, político e social da região norte fluminense, sobretudo a partir de um pano de fundo nacional, permitiu levantar possíveis explicações para o que fora empreendido.

Logo após o declínio da produção sucro-alcooleira na região e com a descoberta do petróleo uma onda de esperança tomava conta da população e principalmente da política local, na tentativa de retomar o prestígio e o desenvolvimento da região. Sendo assim, o petróleo sempre fora e até hoje é considerado por muitos estudiosos como a principal força motriz da economia local que movimenta todos os outros setores da região. Atualmente, outro grande empreendimento surge regionalmente que é o Complexo Portuário Industrial do Açu ou “Porto do Açu” como é popularmente conhecido, que junto com a Petrobras e outras grandes multinacionais do setor de óleo e gás dividem esse papel de importância na economia regional, responsável pela geração de postos de trabalho e a partir disso pela movimentação da economia local.

No entanto, se olharmos a região e seu percurso histórico, a questão colocada foi se é possível perceber mudanças consideráveis para a própria população, principalmente dentro do que este trabalho se dispõe a debater, que é a mudança na hierarquia das categorias sócio-ocupacionais.

A metodologia utilizada da hierarquia sócio-ocupacional permitiu analisar, ainda que de forma abrangente e descritiva, as questões. Portanto, os resultados vão mais no sentido de trazer contribuições e elementos para novas pesquisas sobre o assunto, ligados à dinâmica regional. A pesquisa mostrou que há diferenças de acesso à educação, distribuição de renda, e capacidade de consumo por parte da população regional. Há diferenças consideráveis entre os municípios e entre a região o próprio estado do Rio de Janeiro e que existe principalmente um contexto de desigualdades históricas que perduram até os dias atuais.

A leitura dos dados permite interpretar que atualmente os setores que mais empregam na região são aqueles ligados a posições hierárquicas ocupacionais intermediárias, ou seja, as ocupações médias, o trabalho no secundário, que compõe a principal atividade regional, e as atividades no terciário especializado, mais ligadas ao setor de comércio e serviços. Podemos, portanto, verificar que foram até ocorrendo mudanças ao longo dos anos, no sentido de aumentar o percentual nessas atividades e de diminuir o percentual de participação em outras categorias como a de trabalhadores da agricultura e pesca. No entanto, essa não

é uma particularidade da região, mas foi um processo que ocorreu no Brasil como um todo, principalmente a partir dos anos de 1990, impulsionadas pelas políticas neoliberais e no início dos anos 2000 pelas políticas de incentivo ao consumo, aos programas de transferência de renda e acesso ao crédito, partes do Programa de Aceleração do Crescimento, impulsionado principalmente pelo governo Lula. Sendo assim, ainda que em algumas categorias a região norte fluminense apresente uma participação um pouco maior do que a observada no Brasil, isso não caracteriza uma mudança profunda na estrutura social da região, pois historicamente ela é marcada por desigualdade e pobreza, principalmente entre a parcela da população marginalizada que sem qualificação necessária para se inserir nas oportunidades de trabalho oferecidas pelos grandes empreendimentos regionais se veem obrigados a vender sua força de trabalho para atividades mais simples e que demandam menos qualificação, por vezes sem carteira assinada, ou precisam se dividir entre atividades formais e informais para completar sua renda.

A chegada dos projetos de investimento, atividades industriais e dinamização de outros setores até contribuiu para a expansão da urbanização, mas não parece ter promovido mudanças consistentes na estrutura social regional. E, de um modo geral, olhando para a região e seus dois principais polos, Campos dos Goytacazes e Macaé, é possível observar que as mudanças que ocorreram foram um pouco mais consideráveis para o município de Macaé, ao passo que Campos dos Goytacazes continuou mantendo seu quadro de desigualdade e pobreza, principalmente pela má distribuição da renda e pela baixa renda *per capita* apresentada. Além disso, sua classe trabalhadora ainda precisa se dividir ora trabalhando onde tem oportunidade ora trabalhando noutra coisa para suprir suas necessidades, assim como ocorreria com os trabalhadores da cana de açúcar.

Quanto ao questionamento sobre os grandes projetos de investimentos implantados na região, tais como aqueles oriundos das empresas do petróleo e, mais recentemente, a proposta do Porto do Açú, se eles influenciaram na distribuição da população entre as categorias ocupacionais, a distribuição da população entre as categorias ocupacionais, que representa uma aproximação da

estrutura social baseada principalmente no trabalho, não apresentou mudanças tão profundas.

Quanto ao questionamento levantando se é possível observar diferenças entre aqueles que são da região e aqueles que migraram para os municípios da região, o trabalho aponta que quanto aos resultados relacionados à hierarquia sócio-ocupacional entre a população com origem na região e a população migrante a leitura dos dados demonstra que nas ocupações médias onde frequentemente são exigidas algumas qualificações a população migrante é maior que a local. Na categoria trabalhadores do secundário as oportunidades são preenchidas pela população local e pela população migrante, revelando proximidade entre os resultados, denotando uma possível competição acirrada da população local com a população migrante pelas oportunidades. Já nas atividades mais simples ligadas ao terciário não-especializado e as atividades agropecuárias e de pesca o percentual de trabalhadores com origem na região é maior que os migrantes.

Já no que se refere ao aspecto geracional, também é possível observar distinções, onde foi observado que são os mais jovens que mais se destacam, principalmente nas atividades principais da região, ligadas as ocupações médias, ao setor de serviços e ao setor industrial. Uma das explicações possíveis para isso estaria relacionada a qualificação que esses jovens cada vez mais buscam para se inserir no mercado de trabalho. Entre os mais velhos observou-se uma dualidade, onde de um lado encontramos aqueles que provavelmente conseguiram ascender profissionalmente e aqueles que sem a qualificação necessária ou por outros motivos ainda se mantem em atividades mais simples, principalmente relacionadas ao terciário não-especializado e as atividades de agricultura e pesca, que embora tenham diminuído sua participação de uma forma geral na região, ainda se encontram muito presentes em alguns municípios.

Finalmente, sobre o questionamento se houve mudanças consideráveis ou se a região apenas acompanhou o Brasil, se levamos em consideração que houve um aumento nas atividades ligadas ao setor de comércio e serviços e principalmente nas atividades do terciário sejam elas especializadas ou não, o trabalho aponta que houve mais um acompanhamento do contexto nacional e a

região apresentou tendências já observadas por alguns estudiosos sobre o Brasil como um todo. Claro que é possível inferir também que, as próprias transformações econômicas, o desenvolvimento das atividades petrolíferas, os grandes projetos de investimento ligados às atividades portuárias, a expansão do ensino e da educação etc. contribuíram, de certa forma, para acompanhar que a região acompanhasse as tendências nacionais.

Referências

BARROS, Ricardo et al. **Determinantes na queda da desigualdade de renda no Brasil**. Texto para discussão IPEA, nº 1460. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Ed. Edusp, 2008.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). **“Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”**. Salvador, Editora da UFBA.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. **A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica**. In_ Revista Sociedade e Estado – Vol. 30, n. 3, setembro/dezembro, 2015.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Divisão regional**. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/> Acesso em 10 de agosto de 2016.

CRUZ, José Luís Viana da. **Dinâmica Socioeconômica e Territorial no Estado do Rio de Janeiro Contemporâneo**. In: GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

CRUZ, José Luís Viana da. **Origens, natureza e persistências das desigualdades sociais no norte fluminense**. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira. (Orgs.) **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRUZ, José Luís Viana da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado) - IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ, Jose Luís Vianna da. **Brasil, o desafio da diversidade. Experiências de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Senac Nacional, 2005.

Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf> Acesso 10 de agosto de 2016.

ESTRADA, Luiz Alberto Castillo. **Plano do Desenvolvimento Sustentável do Campo do Norte Fluminense PDSC – NF**. Convenio nº 13/2005.

FARIA, T. P. **Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infra-estrutura Urbana**. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2, pp785-796, maio/jun.de 2001.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs). **Sociedade Política no Brasil pós – 61** (online). Rio de Janeiro:Centro Edelstein de Pesquisas Sociais,2008.p.182.

FREITAS, B. V.; OLIVEIRA, E. L. **Impactos Socioeconômicos da Construção do Complexo Portuário-Industrial do Açú Sobre a População e o Território de São Joao da Barra**.In: ____ Revista de Geografia - PPGE0 - v. 2, nº 1, 2012, p.1-10.

GIDDENS, Anthony. **Classe, estratificação e desigualdade**. In:____. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 234-253.

IANNI, Octavio. **Teoria de estratificação social: leitura de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1991,2000,2010). **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro,2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA > CIDADES > RJ > CAMPOS DOS GOYTACAZES, Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA > CIDADES > RJ > MACAÉ, Rio de Janeiro, 2016.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clélio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. **A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Economica**.In: __Est. Econ., São Paulo, V. 33, n. 4, p. 665-700, outubro-dezembro 2003.

MACIEL, Fabrício. **Trabalho e desenvolvimento no Norte Fluminense: para onde vamos?** In: __Petróleo, Royalties & Região, nº45,2014, p.8-9.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In:____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 55-114.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**,1848. Versão para E-book.In: __EbooksBrasil.com/fonte digital. Rocket edition, 1999.Acesso em 21/08/2016.

MEIRA, Pedro lemma. **Posições de classe e modos de vida em uma cidade interiorana**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2009.

MILLS, Wright. **Sociologia da estratificação**. In: _____. Poder e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 163-182.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT)**. Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços, novembro, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. CBO - 2010 - 3ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro/RJ. CPS, 2008.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva,2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAGANOTO, Faber; BECKER, Olga Maria Schild. **Dinâmica Migratória na Capital do Petróleo**. V Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas, 15 a 17 de Outubro de 2007.

PASTORE, José; VALLE SILVA, Nelson. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books Editora, 2000.

PIQUET, R. (2004) **Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VI, Nº 9, Janeiro, Salvador.

PIQUET, R. P. S.; GIVISIEZ, Gustavo; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. **A Nova Centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional**. Revista Rio de Janeiro, v. 18-19, p. 39-58, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo,2012. In:____Mundo do Trabalho.

POCHMANN, Marcio. **Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula/Social Policies and changing patterns in Brazil during the Lula government**. In: SER Social, Brasília, v.13, n.28, p.12-40, jan./jun.2011.

POULANTZAS, Nicos (1978). **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> Acesso em 22 de agosto de 2016.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Dois estudos de mobilidade social no Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 no.44 São Paulo Oct. 2000.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Teorias de Estratificação Social: Teoria Liberal e Análise de Classes**. In: _____. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana. **O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2000, vol. 2, nº 3, pp. 111-129.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011.

RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonçalves; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Estrutura social das metrôpoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SCALON, Celi; SALATA, André. **Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica**. In: _____. Soc. estado. vol.27 n.2 Brasília. 2012.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro, Revan, 1999. 190 páginas.

SILVA, L. C. **Reconfiguração do Norte Fluminense a partir dos anos 70: a chegada do petróleo e suas consequências na dinâmica de crescimento regional**. Revista Plurais, v. 1, n. 4, p. 167-187, 2006.

SILVA, Nelson do Valle. **Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século**. Trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 16 a 20 de outubro de 2001.

SOUZA, J., TERRA, D. **Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos**, RJ. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais 17. N.1, p.123 – 143, abril 2015.

SOUZA, Jesse. **A Ralé Brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jesse. **Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadores?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo (1977). **Estratificação Social e Estrutura de Classe**. In VELHO, O.G., PALMEIRA, M.G.S. e BERTELLI, A.R. (Org.). **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva. **Movimentos pendulares de estudantes no Norte Fluminense. Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-graduação em Geografia UFF, Campos dos Goytacazes, 2016.

TAVARES, Jéssica Monteiro da Silva; TAVARES, Érica. Mobilidade espacial e a constituição do espaço urbano no Norte Fluminense: uma análise dos movimentos pendulares na década de 2000. In: **Anais do Seminário de Integração**. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2013, p. 1-20.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Organização e Introdução: H.H. Gerth e C. Wright Mills. 5ª Edição. Tradução: Waltensir Dutra. Revisão Técnica: Fernando Henrique Cardoso, Rio de Janeiro, LTC Editora, 1982.

Anexo

Anexo 1 – Categorias sócio-ocupacionais

Categorias sócio-ocupacionais reduzidas	Categorias sócio-ocupacionais
Dirigentes	Grandes Empregadores
	Dirigentes do Setor Público
	Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de nível superior	Profissionais Autônomos de Nível Superior
	Profissionais Empregados de Nível Superior
	Profissionais Estatutários de Nível Superior
	Professores de Nível Superior
Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores
Ocupações Médias	Ocupações Artísticas e Similares
	Ocupações de Escritório
	Ocupações de Supervisão
	Ocupações Técnicas
	Ocupações Médias da Saúde e da Educação
	Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios
Trabalhadores do terciário especializado	Trabalhadores do Comércio
	Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da Indústria Moderna
	Trabalhadores da Indústria Tradicional
	Operários dos Serviços Auxiliares
	Operários da Construção Civil
Trabalhadores do terciário não - especializado	Prestadores de Serviços Não Especializados
	Trabalhadores Domésticos
	Ambulantes e Biscateiros
Trabalhadores agrícolas	Agricultores

Fonte: Ribeiro et al (2013). Esquema de Estratificação do Observatório das Metrôpoles, p.31